



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
CURSO DE LICENCIATURA EM FILOSOFIA

NELSON LUIS DE CARVALHO FERNANDES

**TEORIA DO CONHECIMENTO NA *TRINDADE* DE SANTO AGOSTINHO:
A RAZÃO SUPORTE DA FÉ PARA O ALCANCE DA BEATITUDE**

Orientador: Prof. Dr. Anderson D'Arc Ferreira

JOÃO PESSOA
DEZEMBRO DE 2020

NELSON LUIS DE CARVALHO FERNANDES

**TEORIA DO CONHECIMENTO NA *TRINDADE* DE SANTO AGOSTINHO:
A RAZÃO SUPORTE DA FÉ PARA O ALCANCE DA BEATITUDE**

Monografia de conclusão de curso apresentada
como requisito parcial para obtenção do grau de
Licenciado do Curso de Graduação em Filosofia,
da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Orientador: Prof. Dr. Anderson D'Arc Ferreira

JOÃO PESSOA
DEZEMBRO DE 2020

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

F363t Fernandes, Nelson Luis de Carvalho.

Teoria do conhecimento na Trindade de Santo Agostinho:
a razão suporte da fé para o alcance da beatitude /
Nelson Luis de Carvalho Fernandes. - João Pessoa, 2021.
64 f.

Orientador: Anderson Darc Ferreira.

Monografia (Graduação) - Universidade Federal da
Paraíba/Centro, de Ciências Humanas, Letras e Artes,
2021.

1. Beatitude. 2. Fé. 3. Razão. 4. Substância. 5.
Trindade. I. Ferreira, Anderson Darc. II. Título.

UFPB/CCHLA

CDU 1:234.15

NELSON LUIS DE CARVALHO FERNANDES

**TEORIA DO CONHECIMENTO NA *TRINDADE* DE SANTO AGOSTINHO:
A RAZÃO SUPORTE DA FÉ PARA O ALCANCE DA BEATITUDE**

João Pessoa, 14 de Dezembro de 2020.

Nota: _____

Monografia apresentada à Banca Examinadora do Departamento de Filosofia da UFPB como um dos requisitos finais para a conclusão do Curso de Licenciatura em Filosofia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do Professor Dr. Anderson D'Arc Ferreira.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Anderson D'Arc Ferreira (UFPB)
Orientador e Presidente

Prof. Dr. Betto Leite da Silva (UFPB)
Examinador

Prof. Dr. Cristiano Bonneau (UFPB)
Examinador

JOÃO PESSOA
DEZEMBRO DE 2020

Dedico este trabalho à minha esposa, Maria de Jesus.

Sem ela o mesmo trabalho não seria possível.

AGRADECIMENTO

Agradeço especialmente ao meu orientador, o professor Dr. Anderson D'Arc Ferreira, sem ele tal trabalho não seria possível, nem mesmo o meu interesse pela filosofia medieval, período histórico que se mostrou ser bem luminoso do que somente escuridão.

Agradeço ao professor Dr. Gilfranco Lucena, pelo seu carisma filosófico, que instiga a filosofar com arte; ao professor Dr. Francisco de Assis pela sua eloquência filosófica instigadora da investigação; ao professor Dr. Marconi Pequeno por seu caráter metodológico, revelador da boa necessidade argumentativa; aos demais professores do departamento de filosofia por sua contribuição para a minha formação, foi por demais excelente tê-los como mestres.

Agradeço aos Professores Doutores Betto Leite da Silva e Cristiano Bonneau por aceitarem o convite do meu orientador e poderem participar da minha banca monográfica.

Finalmente, agradeço a todos os meus colegas do curso de filosofia do período de 2015.1 que, de uma forma ou de outra, contribuíram e ajudaram na minha formação.

O meu profundo obrigado a todos.

Nosce te ipsum

(Conhece-te a ti mesmo)

Tradução em latim da frase original

Que se encontrava no portal do templo de Delfos na Grécia Antiga

RESUMO

A beatitude ou felicidade, é um bem desejável por si mesmo. Mas esse bem está ao nosso alcance? Para responder a essa questão demonstraremos de que forma a beatitude, dentro do pensamento agostiniano, é um fim último e plenamente alcançável a partir de várias etapas do conhecimento. Nossa investigação no presente trabalho visa analisar como, no ser humano, se dá o processo de conhecimento desse bem. Dito de outra forma, como, a partir da fé, e com o uso da razão, o homem conhece e alcança a verdadeira felicidade (beatitude). Levando-se em conta a extensão da obra agostiniana torna-se necessário operarmos um recorte para podermos efetuar nossa análise. Para emoldurar a resposta dada por Santo Agostinho a essa indagação, a base de nossa fundamentação será o tratado da *Trindade* de Santo Agostinho. Nesse tratado observa-se, de acordo com os pressupostos agostinianos, que é devido à graça, derramada por Deus nos homens, que estes têm conhecimento, entendimento e compreensão dos sumos bens, dos quais a felicidade é um deles. Em nosso estudo monográfico mostraremos, ainda, como Santo Agostinho, no seu tratado da *Trindade*, afirma que as faculdades da razão, como, por exemplo, a memória, inteligência e vontade, têm relação com a verdadeira trindade e fazem parte de uma única e verdadeira substância que nos conduz à felicidade e ao fim último, Deus.

Palavras-chave: Beatitude. Fé. Razão. Substância. Trindade.

ABSTRACT

Beatitude it is a desirable good in itself. Is this good within reach? To answer this question, we will demonstrate how beatitude, within Augustinian thought, is an ultimate end and fully attainable from various stages of knowledge. We have in mind to analyze how, in the human being, the process of knowing this good occurs. In other words, how, from faith, and with the use of reason, man knows and attains true happiness (beatitude). In order to frame Saint Augustine's answer to this question, the basis of the reasoning will be the trinity treatise of Saint Augustine. In this treatise it is observed, according to the Augustinian assumptions, that it is due to the grace, poured out by God in men, that they have knowledge, understanding and understanding of the highest goods, of which happiness is one of them. In our monographic study we will also show how Saint Augustine, in his treatise on the trinity, affirms that the faculties of reason, such as, for example, memory, intelligence and will, are related to the true trinity and are part of a single and real substance.

Keywords: Beatitude, faith, reason, substance, trinity.

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviatu- ra	Título em Latim	Título em Português
<i>Conf.</i>	<i>Confessiones</i>	Confissões
<i>lib. arb.</i>	<i>De Libero Arbitrio</i>	O Livre Arbítrio
<i>Trin.</i>	<i>De Trinitate</i>	A Trindade

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. AGOSTINHO: HOMEM, PENSADOR, SACERDOTE.....	21
2.1 Vida e Obra.....	22
2.2 Influências Teóricas.....	25
2.3 Principais traços de seu pensamento.....	29
3. A TEORIA DO CONHECIMENTO DE SANTO AGOSTINHO.....	34
3.1 Conhecimento sensorial: sentidos internos e sentidos externos.....	35
3.2 O conhecimento pela razão.....	42
3.3 Razões eternas: Deus como verdade.....	49
3.4 A busca pela verdade como forma de acesso à beatitude.....	53
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
5. REFERÊNCIAS.....	63
6. ANEXO – Declaração de Autenticidade e Autoria.....	64

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho monográfico visa abordar aspectos propedêuticos da questão do conhecimento no pensamento de Santo Agostinho. Para tanto, a obra base de nosso trabalho, e sobre a qual nos fundamentamos, é o tratado “*De Trinitate*” de nosso autor.

O conhecimento, mais propriamente a teoria do conhecimento agostiniana, é o principal tema de nosso trabalho, muito embora questões de ordem teológica, éticas e morais estejam inseridas dentro da própria questão do conhecimento, pois dificilmente nosso autor separa, em grande parte de seus escritos, essas questões de sua teoria do conhecimento, ou seja, dificilmente o filósofo e o teólogo estão separados no pensamento Agostiniano.

Por esse motivo, por nosso trabalho adotar como escopo uma investigação propedêutica acerca da teoria do conhecimento de Santo Agostinho, e muito embora tais questões sejam abordadas ou referidas em nosso trabalho, as mesmas não serão aprofundadas, pois se assim o fossem, em muitos casos, nos desviariam em muito do real propósito de nosso estudo. No entanto não deixaremos de abordar tais questões, mesmo que de forma incipiente e tendo como elemento basilar a teoria do conhecimento agostiniana, pois alguns pontos a serem abordados em nossa empresa têm fundamento e relação na construção, na explicação e na explanação de nosso autor acerca de como o conhecimento é possível ao ser humano. Outrossim, além disso, tais elementos, devido às idiosincrasias do modelo filosófico-teológico desenvolvido por nosso autor, apresentam-se como importantes para que se tenha em mente como o conhecimento é estruturado para o Bispo de Hipona, bem como para se instanciar, em seu modelo, quais as faculdades que entram no movimento de aquisição de conhecimento, e por quais meios o homem adquire conhecimento.

O pensamento agostiniano apresenta-se como sendo um pensamento no qual dificilmente a filosofia está separada da teologia, os mesmos chegam a se misturar. Sobremaneira não podemos nos esquecer de que o pensamento de nosso autor se apresenta como sendo um filosofar, mas um filosofar fundado na fé cristã.

Dentro desse filosofar na fé cristã, a nossa principal abordagem, o nosso principal objetivo nessa monografia, é investigarmos acerca do conhecimento da verdade, de como é possível ao homem alcançar a verdade que lhe dá acesso à *eudaimonia*, ou seja, de que

forma, para nosso autor, conhecer a verdade é condição para a beatitude (*eudaimonia*, felicidade)¹.

No modelo agostiniano é sabido que o homem é um animal dotado de uma alma racional que lhe permite entender e compreender o mundo que o rodeia e buscar nesse mundo, e a partir dele, a verdade das coisas, o princípio pelo qual tudo existe. Assim, para conhecer, o homem serve-se do próprio corpo, através de seus sentidos corporais, bem como se serve de sua própria racionalidade para entender, compreender e saber, ou seja, adquire conhecimento quer pela sua sensibilidade, quer pela sua racionalidade.

Se nosso objetivo principal é entendermos de que forma ocorre, no sistema agostiniano o conhecimento, os nossos objetivos específicos seriam os de entender e compreender como, no pensamento de nosso autor, o conhecimento se adquire pela sensibilidade e pela racionalidade, e qual o papel da fé no conhecimento da verdade e no ato de se alcançar da beatitude. No entanto, temos em mente que no pensamento agostiniano há distinção entre o conhecimento que nos advém pela sensibilidade, que é compreendido e entendido por nossa racionalidade, ao qual ele chama de ciência, pois, implica o engajamento da nossa mente com o mundo, no qual nossas ações ocorrem, e o conhecimento estritamente racional, a racionalidade pura à qual ele chama de sabedoria, conhecimento por contemplação ou ciência da contemplação, sendo este último considerado como um o conhecimento da verdade intemporal, das razões eternas pelas quais tudo foi criado e que são a base para nossos próprios juízos e julgamentos.

Ao elaborar uma explanação do pensamento de Santo Agostinho sobre o conhecimento não nos furtaremos de abordar o contexto histórico no qual o nosso autor viveu, bem como a sua própria história de vida. As diferentes influências teóricas, as que a princípio aderiu, e depois as refutou, bem como as que aderiu em definitivo e que lhe permitiram elaborar e amadurecer o seu pensamento são fundamentais para se entender quais passos foram dados pelo nosso autor e por quais motivos. Dessa forma conseguiremos apontar os principais traços de seu pensamento com o intuito de entender seu modelo geral de pensamento e, dessa monta, compreender o lugar e o papel do conhecimento dentro desse sistema. Todos esses são aspectos que abordaremos de forma propedêutica, no primeiro capítulo de nosso trabalho, mas que nos permitirão entender a

¹ Eudaimonia: Usamos este conceito pela interpretação que Étienne Gilson faz do conceito de Beatitude de Santo Agostinho. Para Gilson, existe um caráter eudaimonico na Beatitude. Introdução ao Estudo de Santo Agostinho - Étienne Gilson, 2006. Edições Paulus .

dinâmica de elaboração do pensamento agostiniano, em geral, e, mais especificamente, como ele constrói a sua teoria do conhecimento.

No entanto, existe uma barreira a ser ultrapassada por Santo Agostinho na questão do conhecimento. Essa barreira é o pensamento cético, pensamento esse que foi uma das influências teóricas de Santo Agostinho. Nosso autor teve acesso e contato com essa escola quando de sua estada em Milão, cidade onde frequentou a própria academia cética. O ceticismo coloca um problema ao conhecimento, pois, segundo os cétricos, o conhecimento de algo é impossível, já que ninguém chega a conhecer algo, ou seja, para os cétricos: a) nada pode ser conhecido e, como tal, b) não se deve dar assentimento a nada. Por estas premissas, o conhecimento está sempre aberto à discussão e como tal a busca da verdade pelo homem torna-se de certa forma impossível, pois, não chegamos a conhecer nada de fato.

Nosso autor refuta tais premissas, muito devido a uma verdade imediata apontada por ele: a própria existência do homem. Diante da realidade de que o homem sabe que existe e que está vivo, nosso autor refuta a tese cética uma vez que, para ele, uma prova de que a verdade existe e de que podemos acessá-la, é o próprio pensamento humano.

Para o Bispo de Hipona, mesmo que se queira provar o contrário, a saber, que mesmo que a verdade existisse não podemos acessá-la, de acordo com o modelo agostiniano o homem, na medida em que pensa, na medida em que já está a pensar ele vive, pois, o pensamento só ocorre em vida. Dessa forma, de acordo com nosso autor, uma verdade pode ser alcançada, a de que pensamos, e por isso existimos, logo, algumas outras verdades também o poderão ser. A prova de existência e da vida é mental, é saber racional. Esse saber que se existe e se está vivo, é o cogito Agostiniano, pois, somente uma alma racional é capaz de saber-se viva e existente e como tal capaz conhecer e de obter conhecimento.

O cogito agostiniano, surge da busca pela verdade por parte de nosso autor, se é passível ao homem conhecer e saber a verdade e dar resposta ao problema colocado pelo ceticismo radical, o qual afirma que é impossível ao homem conhecer a verdade, ou seja, nada é de fato conhecido e como tal não deve dar assentimento a nada, ou seja, não posso afirmar que algo é de fato ou é o caso.

O problema começa de fato pelos dados da sensibilidade, que parecem indicar que as coisas em principio são como realmente como se apresentam a nós, no entanto, quando os mesmos são alçados a critérios inteligíveis, o erro aparece. Podemos citar a exemplo, o caso da estaca de madeira que quando mergulhada na água deixa de ser reta e parece

mesmo que se dividiu, ou quando observamos a lua quando surge no horizonte tem um tamanho diferente de quando está no alto do firmamento.

Tais fatos alçados à reflexão, ao pensamento tornam-se absurdos, pois, a estaca de madeira não se deforma por entrar na água, nem a lua aumenta ou escolhe o seu tamanho. Logo, o erro é admitir que a sensibilidade dá a certeza e não apenas a aparência e que para ultrapassar essa aparência é preciso ir além dos dados da sensibilidade, esse além é o ato reflexivo, o ato do pensar.

Dessa forma podemos concluir de momento, que o dado de um sentido determina que somente podemos opinar, ou seja, afirmar que parece que algo é assim, mas que o saber que o dado da sensibilidade é ou não o que parecer ser, ultrapassar a mera opinião, é da ordem do pensamento puro, ou seja, da reflexão, da inteligência, que é sinal de ciência, pois, ciência segundo nosso autor é conhecer para saber que algo é o que é.

Assim, já posso determinar que é pelo fato de ter a capacidade de pensar que o homem duvida de algo ou dá assentimento a algo, ou seja, é pelo pensamento que o homem ultrapassa a mera opinião e chega ao conhecimento de algo.

E se há alguma coisa que o homem de fato não pode duvidar é que ele pensa, pois, é por esse mesmo pensar que o homem saber que existe e que está vivo, este movimento já observado no livro II do *“Libre Arbitrio”*, no mesmo, observamos que é pelo fato de pensar que o homem sabe-se existente e com vida e essa é a primeira e mais evidente das certezas que derivou do fato de o homem ter a capacidade de pensar, pois apenas uma criatura pensante sabe-se de si mesmo, de sua existência, de sua vida e que pensa.

Essa é a primeira certeza e da qual surge o cogito agostiniano, o pensamento puro, que nos dá a possibilidade da verdade, pois, por ele, já demonstramos a verdade de que o homem, existe, vive e pensa. Podemos observar a análise do pensamento puro, nos livros IX e X do *“Da Trindade”*, nos quais Santo Agostinho, aborda o conhecimento da alma por si mesma.

Étienne Gilson, no seu livro *“Introdução ao estudo de Santo Agostinho”*, no capítulo II da segunda parte de seu livro, página 83, na sua análise sobre a evidência racional, estabelece um grau de “parentesco” entre o cogito Agostiniano e o cogito Cartesiano, nomeadamente que ambos chegam à primeira certeza, que o homem é criatura pensante e como tal sabe-se que existe e está vivo. No entanto, o nosso trabalho não tem esse intento, o de estabelecer alguma relação entre um e outro cogito, ou mesmo de explorar tal parentesco, fica aqui apenas registrada a nível de informação, a análise, referência e problematização de Gilson, 2006.

Sendo assim, o saber-se viva e existente, é o próprio conhecimento íntimo da alma, o conhecer-se a si mesma. Refere apenas à mente, pois, é conhecimento puramente racional. Portanto, não dependente de uma outra faculdade ou percepção. É o próprio “eu” da alma, pois, o seu ‘eu’ é a própria atividade do pensamento e nós pensamos pela mente, e é por ela que se pensa o cognoscível. Dessa forma é através do próprio ato de pensar que a mente tem presença de si, sabe que pensa, tem consciência de si.

O ter consciência de si é a subjetividade da mente como sujeito, pois, cada homem é único em sua mente. E apesar de ser de ordem particular o que cada mente pensa, existem muitos pensamentos que são de ordem universal, como, por exemplo, o falso e verdadeiro, os números e as formas. Ou seja, se a maneira de pensar uma ideia é própria de cada mente, a ideia em si mesma é universal a todas as mentes. Por exemplo, posso pensar a justiça por minha própria mente, mas a justiça em si mesma é universal a todas as mentes.

Dessa forma o conhecimento íntimo da alma nos prova que algo pode de fato ser conhecido e como tal temos acesso ao conhecimento e assim podemos dar assentimento a algo. O conhecimento íntimo é o agir da alma segundo a sua própria natureza incorpórea, destinada a conhecer e comandar o que é temporal e a conhecer e ser submissa a quem lhe é superior, e do qual obteve o seu ser, que é Deus. Dessa forma a alma busca a verdade com vista a alcançar a beatitude.

No decorrer de nosso estudo, abordaremos, no segundo capítulo deste trabalho monográfico, como se dá o conhecimento pela sensibilidade e o conhecimento pela racionalidade no sistema agostiniano.

Santo Agostinho concorda que pela sensibilidade adquirimos conhecimento e que o mesmo não tem nada de inato em nós. Muito embora seja ele por vezes aparente, ele é o nosso contato direto com o mundo que vivemos, pois, é pela sensibilidade que os objetos exteriores a nós mesmos nos chegam.

Para determinar a forma pela qual adquirimos conhecimento pela sensibilidade, mostraremos a relação que existe entre o objeto exterior, os sentidos corporais e a atenção da alma, sendo que a atenção da alma é o movimento da própria alma dirigida para o sentido afetado pelo objeto. Movimento esse que ordena o sentido a prestar atenção ou se desviar desse objeto. Vemos, assim, que o papel da alma é ativo no processo de conhecimento, ao passo que os sentidos corporais são passivos nesse processo.

É devido a esse papel ativo da alma, que ocorre o conhecimento sensível, pois a alma serve-se do corpo para conhecer o que é externo a ela mesma. No entanto, sem a faculdade da memória, tal conhecimento não seria possível. Mostraremos a importância da memória para a deliberação da razão. Sem a memória de um acontecimento ocorrido, a razão não tem algo sobre o qual possa deliberar.

Verificaremos, assim, que no conhecimento pela sensibilidade há um movimento passivo que ocorre do exterior para o interior do homem, e um movimento ativo, que é do interior para o exterior. Mas o próprio conhecimento ocorre apenas no interior do ser humano, pela memória, razão e vontade. É pela vontade que buscamos o que está na memória, para realizarmos a deliberação da razão. É pela mente que se descobre a verdade da percepção e isso é ciência empírica, a qual é descoberta a partir da experiência pela razão; da existência das leis imutáveis que geram e movimentam todo o cosmos.

O valor epistêmico do conhecimento sensível, apesar de este por vezes ser falível, deve-se ao fato de que os objetos que conhecemos pela sensibilidade foram criados por Deus, e como tal isso se torna a garantia de acesso à verdade que, pelos sentidos, podemos conhecer, em especial conhecer aquilo que Ele criou.

Um outro tipo de conhecimento ligado à empiria é o conhecimento por testemunho. Seja de relatos falados ou escritos, sobre pessoas, locais ou acontecimentos. O valor deste tipo de conhecimento deve-se muito ao fato da crença de quem ouve ou lê, de que, o que escuta ou lê é verdade. Logo, há assentimento por parte do ouvinte ao seu comunicador ou do leitor ao seu escritor. Tal crença assenta-se numa base de confiança, onde se tal fato relato se provar ser mentira, toda essa confiança é quebrada, portanto, é uma crença ética sobre a qual as relações de confiança são estabelecidas.

A confiança no conhecimento por testemunho, baseia-se muito no argumento de autoridade, pois, já foram dadas provas por mais de uma situação de que quem fala é digno de confiança, ou mesmo por somente provas circunstanciais que provam a ocorrência de determinado relato. Ou seja, essa forma de conhecimento é conhecimento após justificação por evidências independentes e razões, ou apenas uma crença que o testemunho é verídico sem precisar de evidências independentes ou razões. No pensamento de Santo Agostinho sobre o conhecimento, o nosso autor recorre a este tipo de conhecimento, quando alega a autoridade das sagradas escrituras e dos escritos de São Paulo, como prova que Deus é a verdade. Logo, conhecer a Deus é conhecer a verdade, e um meio para alcançar essa verdade é pelo testemunho de São Paulo e das escrituras sagradas.

O conhecimento testemunhal é a fé, a qual Santo Agostinho aderiu e a qual ele pretende compreender e fundamentar pelo conhecimento racional (*credo ut intelligam, intelligam per credo - creio para compreender, compreendo para crer*).

O conhecimento pela razão, a própria sensibilidade o colocou em evidência, pois, é pela faculdade da razão que não só deliberamos sobre o que nos é dado pela sensibilidade, como por essa mesma razão conseguimos distinguir o objeto externo da representação do mesmo em nossa memória e identificamos a forma desse mesmo objeto, ou seja, distinguimos a essência que faz o objeto ser o que ele é, do próprio objeto. E é por essa mesma razão que o homem consegue entender e compreender, ou seja, consegue encontrar a verdade pela qual algo é o que é.

Ora, encontrar a verdade, pressupõem a capacidade de julgar e ajuizar. Para o Bispo de Hipona conseguimos elaborar tais juízos e julgamentos se houver algo superior à nossa própria razão, que nos transmita ou nos dê as normas, as regras e medidas pelas quais a nossa razão possa julgar. Em seu pensamento a fonte dessas regras, normas e medidas é Deus, ou seja, Deus é fonte da qual a alma racional do homem recebe, por transmissão, as razões eternas e imutáveis, razões essas que permitem ao homem efetuar os seus juízos e julgamentos, bem como conhecer a verdade.

O propósito de nosso estudo sobre o conhecimento racional em Santo Agostinho é verificar de que forma nosso autor afirma que é pela faculdade da razão que podemos conhecer o que é do temporal, cuja fonte vem da sensibilidade, e como podemos conhecer o que é intemporal, cuja fonte é Deus. Para tal existe uma dupla função na razão ou uma dupla capacidade de nossa faculdade, apesar de a razão ser apenas uma. Por termos encontrado essa dupla função, o nosso trabalho visará explanar o uso da razão naquilo que é temporal e naquilo que é intemporal e imutável. Mostraremos, ainda, que ao uso da razão para o temporal, denominamos de ciência, por tratar da ação prática e governo do homem no mundo; e ao uso da razão para o intemporal e imutável denominamos de ciência da contemplação ou sabedoria, por se tratar de bens intemporais, que são transcendentais ao próprio homem, como é a própria verdade.

Desta forma encontramos o homem como um ser ontologicamente dependente, no seu pensamento e ser, de Deus, por isso, ele, o ser humano, encontra-se abaixo de seu criador, que é Deus, e acima do mundo temporal e das coisas temporais, o mundo estabelecido pela ordem da criação divina. Devido ao fato de ser dotado de uma alma racional, o ser humano é capaz de conhecer, agir, governar e encontrar a mão de Deus no que é de natureza temporal, como é capaz de inteligir e acessar as verdades eternas.

A partir das descrições e análises que faremos sobre o conhecimento sensível e o conhecimento pela razão, poderemos verificar que o pensamento de Santo Agostinho sofre outra importante influência teórica no seu estudo sobre o conhecimento. Tal influência é o pensamento de Platão, em especial algumas passagens bem específicas, a saber: *República* VI - 508a509c; *República* VI - 509d - 510d; e *Mênon* 81e - 85b.

As referidas influências de nosso autor frente a essas passagens ele não absorveu do próprio Platão, mas sim através dos textos dos autores neoplatônicos Plotino e Porfírio. Por meio da influência dos neoplatônicos, por meio das passagens supracitadas, o Bispo de Hipona chega a postular que a fonte de iluminação dos sumos bens é Deus, sendo Ele, o sol iluminador desses bens, incluindo a verdade. A delimitação dos níveis de conhecimento seguirão também, uma forte influência neoplatônica, assim: a *Pistis* de Platão será vista para nosso autor como sendo a fé e o conhecimento sensível; a *Dianoia* e a *Noesis* de Platão, como sendo o conhecimento pela razão, mas que em nosso autor apresenta com divisão de funções distintas dos modelos neoplatônicos. Por último, a teoria da reminiscência platônica será substituída por nosso autor pela sua teoria da iluminação, com o intuito de explicar o acesso e conhecimento das razões eternas realizado pelos seres humanos. A necessidade dessa substituição dá-se, segundo o pensamento de nosso autor, pelo fato de a reminiscência nos permitir apenas recordar, pois, só permite o conhecimento *à priori* e, como tal, não nos permite o aprendizado; bem como, não nos demonstra a causa dos próprios inteligíveis., por tal motivo, nosso autor formula a sua teoria da iluminação para descrever como o conhecimento ocorre no homem.

Para entender a teoria da iluminação devemos ter em mente, os seguintes pontos:

- A) O acesso à verdade das coisas materiais e intemporais é Deus, pois, pela sua boa vontade, suas ideias que tudo que é temporal foi criado e existem a verdades eternas. Deus é condição epistemológica do conhecimento do que é temporal e das verdades eternas.
- B) As razões eternas são transcendentem à razão humana, razões essas que iluminam a razão humana, dando-lhe as normas, regras e medidas pelas quais a própria razão humana emite seus julgamentos e juízos.
- C) É por existir a iluminação, que o homem consegue visualizar na natureza temporal as razões eternas, como é pela iluminação que a razão pura ou o puro intelecto humano apreende as verdades inteligíveis.
- D) O pensamento humano é dependente do pensamento de Deus, no entanto, não é o mesmo, ou seja, o pensamento do homem, não é o pensamento de Deus.

Assim, apesar de Santo Agostinho de admitir o conhecimento inato das verdades

inteligíveis, tal como ocorre na reminiscência, o bispo de Hipona, não admite a preexistência da alma como a teoria da reminiscência admite, ou seja, as almas não têm uma preexistência num determinado local, no qual apreendem e participam da verdade e depois incorporam num determinado corpo.

Por esse motivo e pela reminiscência, a alma apenas recorda aquilo do qual ela foi partícipe, como tal não há aprendizado, apenas rememoração. Santo Agostinho refuta este ponto, afirmando que apesar do inatismo das verdades inteligíveis, as mesmas pela vontade humana são esquecidas, devido ao pecado, que é fruto da livre vontade humana e como tal o homem necessita de um meio pelo qual possa novamente aceder às verdades inteligíveis, precisa de um mestre, esse mestre é a luz da alma, luz essa que é o próprio Deus.

É por essa luz que o olhar da mente acessa as verdades inteligíveis, no entanto, tal como os nossos olhos não vêem diretamente o sol, mas sim a sua luz que permite a visualização dos objetos, o olhar da mente funciona da mesma maneira. Dessa forma verifica-se, que Deus é ativo na iluminação e a mente humana é passiva na recepção dessa luz. No entanto, e pelo pensamento agostiniano, a mente torna-se ativa, pois, ela tem de efetuar o esforço para a compreensão, o entendimento das verdades iluminadas por essa luz, ou seja, não é por receber a luz, ser iluminado pela verdade, que tenho conhecimento da própria, se não efetuar um esforço mental para entender e compreender a mesma e é devido a esse esforço que se dá o aprendizado, o conhecer para saber algo.

O esforço efetuado por nossa mente para a compreensão e entendimento das verdades imutáveis é a adequação do nosso pensamento a essas verdades, por isso, é que a alma é ativa e não se mantém apenas passiva., pois, a alma é que busca entender aquilo que o seu olhar interior capta.

Adequação, pois nosso pensamento está abaixo dessas mesmas verdades, é submisso a elas, caso não fosse, o nosso pensamento seria superior a essas verdades, o que é um absurdo segundo o pensamento Agostiniano, pois, o que é inferior não exerce ação sobre o que é superior.

Assim, a verdadeira ruptura com a teoria da reminiscência por parte de Santo Agostinho dá-se pelo fato de que na reminiscência, a mente é passiva na sua atividade e como tal incapaz de compreender e entender, incapaz de aprender, coisa que a sua teoria da iluminação permite, permite uma mente ativa, capaz de apreender as verdades, de as entender e compreender, pois, sabe e conhece porque algo é algo.

Um ponto que convém também destacar é o fato de que se pela livre vontade do homem, ele se afasta da luz de Deus e como tal da iluminação das verdades eternas, o

resgate se dá por intermédio do dom da Graça, dom esse que se une à vontade do homem, não para o impedir de escolher uma má ação, mas para o ajudar, guiar a sua vontade para o amor à luz da verdade.

Entender a teoria da iluminação nos permite entender a elaboração do terceiro capítulo de nosso estudo monográfico, a saber, o que trata sobre as razões eternas, da noção agostiniana de Deus como verdade. De acordo com o ponto de vista do Bispo de Hipona as razões eternas são fonte de iluminação para a nossa própria razão, e é a partir dessa iluminação que o homem apreende as verdades inteligíveis e, dessa forma, consegue visualizar, na natureza temporal, essas mesmas razões, ou seja, as razões pelas quais tudo existe e tudo foi criado. Por essas mesmas razões é que o homem consegue julgar e emitir juízos, pois elas são a regra, medida e norma de nossos julgamentos e de nossos juízos.

É pela mente que aprendemos e conhecemos as verdades eternas. Nosso acesso a essas verdades é direto, pois, essas verdades são as formas pelas quais tudo que existe foi criado. Essas formas são os arquétipos, são as ideias Divinas que ficam refletidas nas coisas e nas quais vemos as formas, ou seja, ao ver as formas nas coisas estamos a ver um reflexo das ideias Divinas pelas quais tudo existe.

O pensamento agostiniano admite que a nossa alma tem conhecimento dessas verdades pelo fato de que a mesma é participe da verdade antes de sua incorporação na substância material do homem. Portanto, os seres humanos tem recordação das mesmas quando está incorporada, quando faz parte do composto alma e corpo, que é o homem. No entanto, essa mesma recordação é fugaz e fugidia, haja vista que a mente humana não se detém muito tempo sobre elas, por isso a mente necessita de ser iluminada na vida terrena. Essa iluminação é a Luz de Deus é o contato epistêmico da nossa razão com as razões eternas.

É devido à iluminação que a nossa mente concebe em si mesma o conhecimento, e como tal aprende, pois entende e compreende como as coisas são. É pela iluminação que não só ocorre o conhecimento *à priori*, devido ao contato da nossa razão com os objetos eternos, como é por meio dela que entendemos e compreendemos que esse algo a se saber é assim, e por que ele deve ser assim. A teoria da iluminação de Santo Agostinho nos mostra que Deus é causa do conhecimento dos inteligíveis. E por ser Ele a causa, os inteligíveis são acessíveis a todas as mentes humanas individuais. Portanto, é o nosso pensamento que se conforma aos inteligíveis e não os inteligíveis que se conformam ao nosso pensamento. Por isso, buscar as razões eternas é buscar sabedoria, é ter ciências das

razões eternas, compreender, entender por que algo é e deve ser assim, e que nunca poderia ser de outra forma.

Na última seção de nosso trabalho monográfico pretendemos mostrar que a busca pela verdade é uma forma de acesso à beatitude. Nela tentaremos demonstrar que essa busca nada mais é que o próprio itinerário da alma em direção a Deus, no qual reside a recompensa da vida bem aventurada e da felicidade eterna. Esse movimento especifica a fundamentação da própria epistemologia agostiniana, o conhecimento adquirido a partir de uma crença verdadeira, que é justificada por razões lógicas e um raciocínio lógico. No fundo é saber o que o homem deve fazer, pode fazer, como agir e o que esperar, com a finalidade de acessar à verdade e assim alcançar a beatitude.

Por isso, na última parte de nosso estudo retomaremos um pouco o que já fora estipulado nos capítulos anteriores com vistas a entender como o homem deve proceder, a partir do conhecimento dado pela sensibilidade, por meio de sua racionalidade e iluminado pelas razões eternas, em busca de uma ação, na sua vida terrena, que seja marcada por uma vida e um agir virtuoso. Essa busca deve caracterizar uma vida que tenha como objetivo um bem universal, que satisfaz todo e qualquer desejo, e demonstrar que todos os seres humanos tendem a esse bem universal, como o é a beatitude, a qual poderá ser alcançada através de seu bem agir, esse guiado por uma reta razão, fazendo com que os seres humanos não tendam a agir em função de um bem particular, como o são os bens terrenos, mas em função dos bens intemporais, imutáveis, que só encontramos em Deus. Nessa seção de nosso estudo demonstraremos que o caminho para a verdade, no pensamento de Santo Agostinho, parte da criatura pensante, que se lança de objeto em objeto até alcançar a Verdade, e, para nosso autor, a verdade é Deus.

2. AGOSTINHO: HOMEM, PENSADOR, SACERDOTE

Um pensador, filósofo ou poeta não é um ser isolado do mundo e sequer isento das vicissitudes da existência humana. Nesse sentido um trabalho sobre um determinado autor de certa forma deve ter uma apresentação não só do próprio autor, bem como uma apresentação, em linhas gerais, dos diferentes pensamentos que o influenciaram e

contribuíram para a elaboração de seu próprio pensamento, abordando ainda os principais elementos de sua fundamentação filosófica.

Desta forma, pretendemos, neste segundo capítulo, apresentar a biografia de nosso autor, influências teóricas que o impactaram e as principais ideias do pensamento de Santo Agostinho. Nosso intuito, nessa dinâmica, é o de estabelecer condições basilares para uma melhor compreensão e entendimento do autor a ser investigado e da questão abordada neste trabalho monográfico. Para tal dividiremos o presente capítulo em três seções.

Assim, na primeira seção será apresentado o trajeto da vida de Santo Agostinho, a sua biografia, desde o seu nascimento à sua morte. Focaremos a biografia em momentos decisivos e marcantes de sua vida, que contribuíram para seu amadurecimento e crescimento como homem, pensador e sacerdote.

Apresentaremos, a título de informação, as principais obras escritas por Santo Agostinho e o respectivo ano de elaboração das mesmas. Nosso intuito é o de informar, propedeuticamente, nosso leitor frente à complexidade do pensamento de nosso autor e do impacto de seus embates existências em suas obras mais pungentes apontadas pela tradição filosófica.

Na segunda seção desse capítulo abordaremos as principais influências teóricas do bispo de Hipona, influências essas que não só o acompanharam pela vida, o marcaram, como, sobremaneira lhe permitiram evoluir para o seu filosofar na fé cristã.

Na terceira e última seção desse capítulo abordaremos os principais elementos do seu filosofar na fé, os quais nos permitem, de acordo com os objetivos dessa monografia, conhecer e entender os problemas que nosso autor enfrentou e tentou dar resposta, não só pela abordagem filosófica como teológica.

2.1. Vida e Obra

*Aurelius Agustinus*², comumente conhecido como Agostinho de Hipona ou Santo Agostinho, nasceu em 354 d.c, na cidade de Tagaste, no norte de África, na província romana de Numídia. Atualmente essa região pertence ao território da Argélia.

² Nosso trabalho tem um caráter de estudo propedêutico. Nesse sentido não nos deteremos em analisar, detalhadamente, a biografia de Agostinho de Hipona. A esse respeito cf. BROWN, 2012.

Filho de Patrício, que era pagão, e de Mônica, uma devota cristã. Sua infância foi marcada pelas influências pagãs de seu pai, mesmo depois de todos os esforços de sua mãe. Entrementes será graças à influência materna e aos sermões de Santo Ambrósio que, mais tarde, no período de sua maturidade adulta, Agostinho converter-se-á ao cristianismo.

A família, em especial seu pai, esforça-se por dar a Agostinho uma boa educação dentro dos padrões romanos da época. Devido ao esforço de seu pai e as amizades por ele cultivadas, seu pai consegue que ele vá estudar em Cartago, sob o patrocínio de um amigo pessoal, cidade na qual completaria seus estudos em retórica.

Pouco amigo do estudo da língua grega, o Filho de Mônica não consegue valer-se dos livros helênicos, apesar de mais tarde se esforçar por colmatar essa lacuna. Por isso, suas bases e leituras são quase exclusivas na língua latina. Nessas incursões de leituras latinas ele encontra o livro “*Hortensius*”, de Cícero (106-43 a.c), que o despertaria para a filosofia e pela busca pela felicidade.

No entanto, nessa altura, em plena juventude, as questões para nosso autor eram mais de ordem mundana que intelectual. Assim, e devido a uma ligação amorosa nessa altura, tem um filho de nome Adeodato, que infelizmente morre ainda adolescente.

Outro momento de extrema infelicidade para Agostinho, ainda jovem, foi a morte de seu pai, que o coloca na posição de chefia de duas famílias, aspecto que o leva a retornar a Cartago para ocupar o cargo de professor de retórica e assim poder sustentar as duas famílias.

A falta de aplicação de Agostinho na língua grega, o impossibilita de estudar nos melhores centros culturais de sua época, como, por exemplo, Atenas e Alexandria.

Nessa altura de sua vida deixa-se seduzir pelas doutrinas materialistas dos maniqueístas, cujo líder é Mani, doutrina essa que mais tarde irá refutar mediante o diagnóstico e apontamento dos erros dessa mesma. Durante todo o tempo em que foi adepto da doutrina maniqueísta os posicionamentos filosóficos adotados por seus adeptos causavam confusão e estranheza a Agostinho, em especial a noção de que o mal seria um dos princípios causadores do mundo e, portanto, era algo dotado de materialidade³.

Alguns anos mais tarde o nosso autor consegue viajar para Roma na esperança de lecionar para alunos mais aplicados do que aqueles dos quais havia sido professor em Cartago. Ele também viaja na esperança de obter mais lucros em suas atividades laborais além de buscar maior prestígio frente aos seus ensinamentos e maior reconhecimento por

³ Devido ao caráter introdutório de nosso estudo monográfico não nos deteremos em maiores detalhes acerca do maniqueísmo e de sua estrutura filosófica. A esse respeito conferir COSTA, 2003.

parte de seus futuros alunos. No entanto esteve pouco tempo em Roma e dirigiu-se a Milão, local onde ocupou o cargo de professor de retórica, dando aulas pelas manhãs; às tardes percorria as antecâmaras ministeriais na ânsia de conquistar certa ascensão social no já decadente império romano.

Nessa altura de sua vida já se debatia com graves questões existenciais e intelectuais. O maniqueísmo já não lhe dava as respostas que desejava. Assim, ele começa a frequentar a academia platônica. A Academia frequentada por Agostinho em seu tempo diferia muito daquela da época de Platão. A versão da Academia contemporânea de Agostinho estava distante do pensamento de seu criador de tal modo que a mesma era voltada para uma forma de ceticismo e ecletismo, não muito convincente, e com vários problemas em manter vários de seus postulados filosóficos.

É ainda em Milão que Agostinho tem contato e conhecimento, por intermédio dos discípulos de Plotino (205-270 d.c), do neoplatonismo. É exatamente essa escola filosófica que permitirá a nosso autor dar um grande passo na sua vida e em seu pensamento, pois para os cristãos milaneses a filosofia de Plotino era, por excelência, a melhor formulação da verdade racionalmente estabelecida. Será justamente a partir de seus princípios, mas não sem reformulações significativas, que nosso autor achará o caminho teórico que lhe permitiria conceber um sistema filosófico que parecia auxiliar a fé cristã e defendê-la com argumentos racionais.

Ponto importante na vida de Santo Agostinho e que lhe viria a dar solução para todos os seus problemas, e em especial os de ordem existencial, foi o contato com Santo Ambrósio (340-397 d.c), ainda em Milão. De acordo com suas próprias palavras (*Confissões*⁴ VI, 1997), certo dia Agostinho encontrando-se angustiado, triste e em choro, encontrou com um estranho que lhe deu a ler a palavra do apóstolo São Paulo, o qual envia Agostinho a penetrar na regra da fé cristã, na qual sua mãe há muito já caminhava. Assim, Agostinho e seu filho, Adeodato, são batizados, em plena páscoa, como costume cristão da época. Tempos depois, no ano de 387 d.c, morre sua mãe, Mônica, na cidade romana de Óstia.

Em 391, em Hipona, Santo Agostinho torna-se presbítero daquela comunidade cristã pelo pedido dos fiéis daquela comunidade. Em suas atividades na igreja Agostinho dividia-se em tarefas administrativas e reflexões filosóficas. Tais tarefas o fazem ter contato e conhecimento dos aspectos da fé popular, como o culto aos santos e às relíquias cristãs, bem como da necessidade de melhor instruir os fiéis de sua comunidade.

⁴ Doravante usaremos a abreviatura *Conf.* para a obra *Confissões* de Santo Agostinho.

Apesar de todas as suas funções e do tempo que o Bispo de Hipona dispensa à Igreja de Hipona, ele consegue redigir vários livros e deixar uma vasta obra. Entre as principais obras situam-se: *Contra Acadêmicos* (386 d.c), *Soliloquia* (387 d.c), *De Libero Arbitrio* (388-395 d.c), *De Magistro* (389 d.c), *Confessiones* (400 d.c), *De Trinitate* (400-416 d.c), *De spiritu et littera* (412 d.c), *De Civitate Dei* (413-426 d.c) e *Retractationes* (413-426 d.c). Dentro dessas obras que apontamos como importantes para o pensamento de nosso autor encontramos vários dos traços mais significativos dentro de seu pensamento, como, por exemplo, desde sua refutação ao ceticismo, que pode ser observada na obra “*Contra Acadêmicos*”, até a sua proclamação da fé cristã em um único Deus trino, noção que, sobremaneira, perpassa seu tratado “*De Trinitate*”, no qual nosso autor demonstra que a alma humana foi criada à imagem de Deus e, por isso, o ser humano é uma criatura privilegiada dentro da ordem criacional.

Quando das invasões bárbaras no Império Romano do Ocidente, que culminaram com o fim do império romano no ano de 476, os Vândalos sitiaram a cidade de Hipona, sede do episcopado de nosso autor. Devido à tentativa dos Vândalos em incendiar a cidade, e tendo em vista o cerco imposto por eles à Cidade de Hipona, Agostinho adoece por essa altura e vem a falecer no ano de 430, no dia 23 de agosto.

O que podemos depreender da vida de Santo Agostinho é que ela foi marcada não só por uma busca existencial como, também, intelectual. Pudemos constatar na sua biografia que em sua busca por respostas, Santo Agostinho não só as procurou nas suas leituras, bem como as buscou em diferentes pensamentos filosóficos de sua época. Todo esse movimento, esse contato na busca de tentar obter as respostas que procurava, influenciaram o Bispo de Hipona e seu futuro pensamento e fé. Desta forma, torna-se necessário abordar de forma sucinta, as principais influências teóricas que permearam a vida de Santo Agostinho, e qual influência finalmente ele adotou e lhe foi determinante para a construção do seu filosofar na fé.

2.2. Influências Teóricas

Uma obra fundamental para Santo Agostinho foi a leitura do livro “*Hortensius*” de Cícero (106-43 a.c). Essa obra, no entanto, está perdida. Os elementos e questionamentos que essa leitura proporcionou ao espírito indagador de nosso autor foram fundamentais no impulso do Bispo de Hipona para se encaminhar para a leitura das escrituras sagradas, nas quais a procura pela fé em Cristo passa a ser vista como única via para a vida beatificadora e como exemplo de vida. Se na leitura de Cícero Santo Agostinho

encontra a reflexão, na leitura dos livros santos ele vê o caminho para Cristo onde ele irá encontrar o exemplo prático na busca pela felicidade.

Nas suas *Confissões* nosso autor relata que foi devido aos seus estudos de retórica que ele foi levado a interpretar as escrituras sagradas de um modo errado. Essa visão equivocada o leva a interpretar os textos sagrados pelo sentido materialista, acatando e aderindo, assim, às ideias maniqueístas. Ideias essas que tinham por base dois pontos fundamentais: que só existia o material e duas realidades como princípios, o bem e o mal, a luz e as trevas, que eram concorrentes e como tal levam a aceitar a materialidade não só do bem como, também, a materialidade do mal. Portanto, sendo tudo material, ele pode ser compreendido pela razão humana. Se isso ocorre torna-se possível justificar a fé e conciliar a fé com a razão, logo, seria possível encontrar uma sabedoria filosófica nas escrituras.

No entanto, é devido aos maniqueístas que Santo Agostinho vai conseguir encontrar e banir das escrituras sagradas a existência de um Deus material, pois, para os maniqueístas Deus é a luz e é incorpórea. Todavia esse incorpóreo não era um espírito, pois apesar de a luz não ser um corpo como o é o dos humanos, continuava a ser material e não puro espírito, haja vista que essa luz materializava-se em tudo. No entanto, como para os maniqueístas as trevas ou o mal também são matéria, eles são reais e como tal coexistentes com a luz, o que leva a afirmar que Deus tanto é ser, por ser luz, como não ser, por ser trevas, pois luz e trevas são realidades materiais de Deus.

De outra forma Santo Agostinho é influenciado pelo ceticismo, que afirma que o ser humano não possui a capacidade para alcançar a certeza da verdade, por tal fato, nenhuma verdade é encontrada. No entanto ele encontra apenas na ciência da matemática esse alto valor de certeza de verdade e que não era encontrada em parte alguma nos demais conhecimentos. A adesão de nosso autor ao ceticismo dá-se pela adesão ao academicismo, que mais tarde ele também irá refutar, pois, para ele, além das verdades matemáticas existe uma verdade sobre o conhecimento que nos salta á vista: o fato de que o homem conhece e sabe que está vivo e que pensa.

É a partir de sua estada em Milão e seu contato com Santo Ambrósio, bispo de Milão, que Santo Agostinho encontra a espiritualidade cristã que o retira das garras do materialismo maniqueísta, pois para os maniqueístas a razão vem antes da fé, o que leva a fé ao absurdo.

A reviravolta de Santo Agostinho com o abrir de olhos para a espiritualidade cristã o faz colocar a fé antes da razão. É nesse sentido que ele afirma que a fé ensina, a

razão compreende, logo, o ato de crer é racional, não irracional, pois apenas seres dotados de razão é que podem formular suas crenças.

E ainda em Milão, que Santo Agostinho tem contato com as obras de Plotino e de Porfírio, as quais o levam a uma espécie de espiritualismo filosófico, dando-lhe instrumentos para poder pensar um mundo das ideias iluminadas pela fonte originária dessas ideias, Deus. São nesses livros e princípios neoplatônicos que nosso autor encontra a doutrina do Verbo Divino, da criação e da iluminação dos homens por essa luz Divina de natureza pensante e espiritual. Nessa filosofia nosso autor só não encontrou a resposta para a encarnação das almas.

Justamente a partir do contato com os princípios neoplatônicos com o universo cristão que nosso autor encontra a verdade que apenas Deus é o único Ser, pois subsiste por si mesmo, assim, Ele é substância ou essência simples e puramente espiritual. Portanto, Deus não tem natureza mutável e contingente, sendo imutável e eterno. A partir desses princípios nosso autor consegue formular o princípio de que Deus toma consciência que tudo o que é, é bom, assim, o mal seria a supressão do Ser, logo, o mal é o nada, pois, é a total ausência do Ser. O afastamento de Deus, ou seja, a ausência do Ser no coração dos homens é o mal, o nada, o pecado. Logo, o Ser (Deus), não é o autor do mal, pois, Ele é puro bem.

E por intermédio, ou pelo contato e conhecimento de Plotino, que Santo Agostinho ultrapassa o dilema maniqueísta de o mal ser coexistente em Deus, mas seria necessário que a doutrina cristã estivesse de acordo essencialmente com a de Plotino. São os escritos e leituras do apóstolo São Paulo que lhe darão essa conciliação.

E a partir dessa conciliação, ou seja, das leituras das cartas de Paulo, que veremos surgir, em nosso autor, a elaboração da doutrina do pecado e da redenção humanas através da graça de Jesus Cristo. Se o homem, pelo pecado, ausenta-se de Deus, será necessário um mediador para conciliar esse ser humano com Deus. Jesus Cristo é esse mediador que, pela graça, encaminha os homens para Deus.

Se a filosofia do neoplatonismo mostrou a Santo Agostinho como conhecer a verdade, ela não mostrou como alcançá-la. São Paulo é quem lhe dará essa possibilidade, ou seja, é por meio de Paulo que o Bispo de Hipona descobrirá como alcançar a verdade, haja vista que a verdade é Deus.

São Paulo dá a possibilidade de passar do pensamento teórico do neoplatonismo para a vida prática cristã. O neoplatonismo apenas remete ao espírito, à inteligência, que por certo cairia no mal pelo efeito da carne, do corpo, ou seja, se pelo neoplatonismo a

alma atinge os inteligíveis, os sumos bens, a carne, o corpo. faz decair novamente se não viver segundo uma ética, uma moral, cujo exemplo é dado por Jesus Cristo. Só aqui, a partir deste ponto, que a visão de filosofia aparece em sua grandeza, pois a filosofia deve significar sabedoria e a sabedoria deveria sempre implicar a vida da graça, a aceitação daquilo que Deus dá aos humildes que a aceitam. A recusa é daqueles que almejam alcançar, por si mesmos, devido à sua soberba, a verdade e a felicidade.

Neste ponto já podemos ver aquelas respostas que Santo Agostinho buscava quando da sua leitura do “*Hortensius*” e desejava conciliar com o exemplo de Cristo. É a partir deste ponto que se conjuga o filosofar na fé, ou seja, os primeiros passos da filosofia cristã. Na filosofia cristã é reconhecido que a felicidade em si mesma e por si mesma não se alcança. Ou seja, apenas pelo uso e conhecimento da razão do bem não se alcança a felicidade. Ela, a felicidade, não é alcançável sem os ensinamentos da fé, pois é a fé que ensina como é possível o repouso pleno e a certeza da felicidade. O papel da razão é compreender como tal dinâmica é possível.

Para o Filho de Mônica a felicidade tem uma dinâmica de acesso. Para que se tenha certeza de alcançar a felicidade, que tem por condição estabelecer a paz na vontade, deve-se proceder de tal forma que o espírito domine sobre os sentidos e a ordem dos pensamentos. Esse movimento ascético cria um sistema ascendente de acesso à verdade no qual a dúvida é retirada definitivamente. Portanto, Deus é a verdade e só por Ele temos acesso à verdade. Jesus Cristo é o mediador que se fez carne para nos libertar da carne. Assim, quando o homem vaga por si mesmo á procura da verdade e da felicidade, ele acaba sempre por cair na concupiscência, no pecado. É por isso que os seres humanos têm a necessidade da verdade e a autoridade para alcançá-la transcendente ao homem, mas é revelada nas escrituras.

Gilson resume dessa forma a dinâmica acima descrita: “A verdadeira filosofia pressupõem um ato de adesão à ordem sobrenatural, que liberta a vontade da carne, pela graça e o pensamento cético pela revelação” (GILSON, 2006, p. 450). Ele complementa afirmando que:

A experiência de Santo Agostinho volta-se para uma descoberta da humildade. O erro da inteligência está ligado à corrupção do coração pelo orgulho, o homem só encontra a verdade beatificadora ao curvar a sua inteligência à fé e sua vontade à graça, pela humildade. (GILSON, 2006, p. 433)

O que podemos depreender de Santo Agostinho e das influências que ele recebeu é que em todo seu pensamento e reflexão o teólogo e filósofo aparecem misturados, pois,

se ao mesmo tempo ele prova a existência de Deus, podemos ver também aí, nessa prova, a existência de uma teoria do conhecimento. No sistema desenvolvido por nosso autor podemos observar se as verdades eternas, das quais ele fala, pertencem à ordem da ciência ou da moral. No modelo agostiniano fica claro o papel de cada uma das faculdades para que se tenha tanto o acesso à verdade bem como se possa alcançar a felicidade.

Se por um lado as influências maniqueístas, de Mani, e as céticas, de Cícero, não são satisfatórias para Santo Agostinho, pois colocam não só a possibilidade de o nada ser uma realidade material, o que é um absurdo, elas também colocam a impossibilidade de acesso à verdade, como o que é prefigurado no ceticismo.

Com o neoplatonismo Santo Agostinho chega a entender como conhecer a verdade, só que essa filosofia não nos dá um meio para alcançá-la. O acesso seguro à verdade e à felicidade só se dá por influência de São Paulo, no qual encontra o que busca: a concordância da verdade com o Bem, bem como a verdade filosófica que já foi revelada aos homens por Deus, que dispensa razões falíveis, pois, Deus é sabedoria e a busca da filosofia é a sabedoria.

No fundo o cerne do pensamento e da filosofia agostiniana será afirmar que toda a reflexão aponta para um ponto central, esse ponto é Deus. Todos os demais pontos se relacionam com Deus. É como uma circunferência, onde todos os pontos estão equidistantes do centro e têm relação direta com o centro, que é a fonte a partir da qual se traça a própria circunferência. Assim Deus não só é o ponto central, como Ele é a própria circunferência.

O que podemos ver aqui é que Santo Agostinho encontrou a conciliação entre a filosofia clássica de base platônica, nos neoplatônicos, e a religião cristã, à qual se tinha convertido. Essa conciliação lhe permitiu fundamentar sua fé na e pela filosofia. Desta forma nosso autor monta todo um arcabouço racional e filosófico que lhe permite dar respostas aos problemas por ele levantados mediante seus questionamentos tanto teológicos quanto filosóficos. Para que possamos entender essa conciliação entre as questões teológicas e filosóficas do pensamento de nosso autor torna-se necessário o conhecimento e explanação dos principais elementos de seu pensar, elementos esses que abordaremos de forma sucinta na próxima seção de nosso trabalho.

2.3. Principais traços de seu pensamento

O pensamento de Santo Agostinho lida e é embasado por alguns elementos que são essenciais, não só para dar fundamento filosófico à nova religião e sua fé, bem como para protegê-la e defendê-la das ideias e autoridades externas a ela.

Santo Agostinho, bem como outros Padres da Igreja, buscam na própria filosofia clássica e nos seus continuadores da época helenística e romana esses fundamentos filosóficos que adotam para poder fundamentar o cristianismo.

Com esta postura não só se tenta mostrar como a doutrina cristã é não oposta às verdades racionais do pensamento helênico, tão respeitado pelas autoridades romanas, bem como, e no caso de Santo Agostinho, que pela filosofia se responde aos problemas colocados pela fé cristã e a mesma serve de base à teologia.

Assim sendo um elemento essencial à sua filosofia é o conceito de beatitude (felicidade - *eudaimonia*), pois todo o homem quer ser feliz. Assim surge a busca efetiva pelo que cada ser humano deve fazer para atingir a felicidade. É nesse contexto que Santo Agostinho afirma: “o homem não tem razão para filosofar, excepto para atingir a felicidade”⁵. Se para o modelo agostiniano a felicidade é sabedoria, como tal ela é um sumo bem cuja posse satisfaz todo o desejo e confere paz.

Um segundo elemento do pensamento de Santo Agostinho é a própria relação da fé com a razão. Uma vez que somente pela razão o homem não alcança a verdade, apenas com seu uso o ser humano se perde em especulações vãs e cai no ceticismo. Assim nosso autor se vale da fé para ensinar ao homem a crer, mas, efetivamente, é pelo uso da razão que os seres humanos conseguem compreender essa fé. E pela fé que o homem tem a possibilidade de alcançar a verdade. Para o Bispo de Hipona “a fé ensina, a razão demonstra” (GILSON, 2006, p. 208).

Um terceiro elemento importante no pensamento de Santo Agostinho é a própria noção de conhecimento, haja vista a sua necessidade de combater o ceticismo radical, o qual proclamava a impossibilidade de qualquer forma de conhecimento. O problema do conhecimento foi encarado com uma simples evidência, a vida e a existência do próprio homem. No modelo agostiniano nenhum homem pode negar que não sabe que está vivo e como tal existe. Não é possível negar tal coisa. Logo, se isso ocorre, o conhecimento ou alguma espécie de conhecimento é possível.

⁵ AGOSTINHO *apud* PESSANHA, José Américo Motta. In.: **Agostinho, Santo.** - Vida e Obra. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, Coleção Os Pensadores, 1980, p. 15-16.

Um quarto elemento do pensamento de Santo Agostinho advém de um pensamento platônico, o qual afirma a existência de duas substâncias no homem, ou seja, o homem é um composto de corpo e alma e essas são as duas substâncias nele coexistentes. A alma é a parte vivificante do corpo e como tal é hierarquicamente superior ao corpo. A alma é ativa e nunca passiva, pois a mesma não sofre ações do que lhe é exterior, nem do próprio corpo, pois é de natureza superior a ambos. O corpo apenas informa a alma. É de si mesma que a alma que tira a representação de algo que provoca uma ação no corpo. Dessa forma fica claro que no modelo agostiniano é o corpo quem pode sofrer ação de algo exterior a ele, como, por exemplo, o som que provoca alteração no próprio sentido.

O quinto elemento do pensamento de Santo Agostinho que queremos salientar é a sua teoria da iluminação ou a luz de Deus (luz da verdade). Nosso autor é influenciado por Platão e pela sua analogia do sol, aonde tal como o sol é fonte de iluminação dos objetos que os sentidos conseguem captar, Deus é o sol que ilumina os inteligíveis aos quais nossa parte superior da alma (inteligência) consegue aderir, como, por exemplo, a justiça.

Deus e sua existência ou a prova de sua existência é um problema que abarca o pensamento de Santo Agostinho e um elemento perene de seu pensamento, pois, não só a experiência mística revelaria a existência de Deus ao homem, como levaria este à descoberta dos conhecimentos necessários, eternos e imutáveis existentes na alma humana. Deus é um Ser transcendente e fundamento da verdade. Apesar d'Ele ser inefável ao homem e sua natureza Divina escapar à compreensão por parte do próprio homem.

O Filho de Mônica é influenciado pelo pensamento de Platão através do sistema filosófico de Plotino que trata e reinterpreta as investigações de Platão sobre o Ser. Portanto, no sistema agostiniano, Deus é o Ser por excelência, pois sendo pura espiritualidade, Ele é uno, imóvel, imutável e eterno, logo não há contingência Nele. Assim sendo, Deus é o Ser e o mundo por Ele criado é do ser e do não ser, uma vez que no mundo há o contingente, o mundo é mutável. Deus é plena vida e tudo o que existe é fruto da sua criação conforme suas ideias. Suas ideias são a verdade, a justiça, o belo, o bom.

Deus tem em si mesmo o múltiplo apesar de uno. Tal fato pode ser atestado na concepção agostiniana da Trindade. A compreensão da Trindade somente ocorre pela fé, a qual compreende três pessoas iguais e consubstanciais: Pai, Filho e Espírito Santo. O Pai é a essência divina, o filho é o verbo, a razão ou a verdade pela qual Deus se manifesta, e o Espírito Santo é o amor de Deus, mediante o qual tudo foi por Ele criado. Dentro deste elemento do pensamento Agostiniano, temos a questão do tempo, o qual existe ou começa

a existir no momento da criação, ou seja, o tempo é das coisas contingentes, mutáveis. Deus é eterno, imutável, logo Deus está fora do tempo.

O sexto elemento do pensamento de Santo Agostinho que consideramos digno de nota é o problema do homem e do pecado. Esse elemento está ligado, sem dúvida alguma, ao problema do livre-arbítrio presente na vontade humana. É justamente por intermédio da vontade humana que nos desligamos ou nos afastamos de Deus e tendemos para o não ser por diversas razões, sendo a soberba uma delas. Logo, o mal, ou o pecado, é criação da livre ação da vontade humana, por isso ele não é criação de Deus. Deus é bom, é o sumo bem, e, como tal uma coisa sumamente boa não pode ser responsável por criar algo ruim, mau.

O pecado é a inversão, no homem, da lei Divina. A lei Divina submete o corpo à alma, e a alma, por sua vez, está submetida a Deus. O pecado está no fato de que o homem, por sua própria vontade, submete a alma ao corpo, e como resultado de tal submissão ele peca, conseqüentemente, ele se afasta de Deus.

No enlace ou no desenvolvimento deste elemento, vamos encontrar a teoria da graça. A graça sendo um dom de Deus é dada a todos os homens independentemente dos méritos de cada um. Ela, como dom divino, permite ao homem a salvação da sua decaída pelo pecado, pois a graça adere ao livre-arbítrio humano, não para impedi-lo de escolher o mal, mas para o encaminhar na escolha do bem eterno.

De forma geral esses pequenos traços do pensamento de Santo Agostinho nos mostram a importância da sua filosofia para a fundamentação filosófica de uma doutrina cristã que anteriormente era tida como apenas revelada e sem fundamentação teórica e ou racional.

A vida atribulada de Santo Agostinho marcou-o de tal maneira que podemos afirmar que só no seu amadurecimento, pessoal e espiritual, o bispo de Hipona, encontrou o sentido e o propósito de sua vida. Vida marcada logo de início pela busca da felicidade, felicidade a qual buscou em primeiro nas coisas materiais, no mundano, mas tal busca lhe trouxe ainda mais problemas e mais responsabilidades.

No entanto seu espírito inquieto sempre o impeliu a buscar a tal felicidade. Apesar de lhe terem colocado a fé e a religião cristã como solução espiritual e existencial para isso, tal fato não o seduziu de início pois ele estava motivado, acima de tudo, pela influência maniqueísta, da materialidade de Deus, que levam ao absurdo de afirmar o nada como parte do ser. Tão pouco nosso autor se sentiu satisfeito na sua busca pelo lado intelectual, acadêmico, que o levou ao ceticismo, à recusa, negação e impossibilidade de

atingir a verdade. Entretanto, sua busca incansável pela verdade, mesmo depois de ouvir e simpatizar com as teses dos céticos, conduziu-o a demonstrar que temos acesso ao conhecimento pelo fato de sabermos que estamos vivos, que pensamos e sabemos disso e isso já é uma verdade.

Tal situação só afastou mais Santo Agostinho de sua busca e o mergulhou numa crise existencial. Só encontrou solução para a mesma nas palavras da bíblia, em especial nas do apóstolo São Paulo. Na mesma altura e com o contato com a filosofia dos neoplatônicos, encontrou a solução para conciliar a fé cristã com o pensar racional.

O neoplatonismo dá-lhe a base intelectual, o caminho teórico para acessar a verdade, a partir do pensar racional, do uso da razão. No entanto, a verdade não é acessada diretamente pela razão. Para nosso autor a tentativa humana de acesso à verdade com o uso da razão o levam ao ceticismo e ao pecado, logo, será necessário que exista um mestre que guie os seres humanos, os ilumine e lhes revelem a verdade.

Desta forma torna-se necessário fundamentar racionalmente a verdade revelada pela fé. E o que Santo Agostinho faz. Ele parte da revelação da verdade dada pela fé e a fundamenta através do uso da razão. Embasado pela filosofia neoplatônica que lhe dá o arcabouço lógico, o bispo de Hipona desenvolve a sua teoria do conhecimento dentro da própria fé cristã, mostrando, assim, qual caminho a se seguir e o que o homem deve fazer para atingir e conhecer a verdade. No próximo capítulo de nosso trabalho procuraremos mostrar como o Bispo de Hipona sistematiza essa dinâmica.

2. A TEORIA DO CONHECIMENTO DE SANTO AGOSTINHO

No presente capítulo trataremos essencialmente do conhecimento sensível e do conhecimento racional. O capítulo será dividido em duas seções. Uma destinada ao conhecimento sensível e outra destinada apenas ao conhecimento racional.

No conhecimento sensível trataremos da forma como ocorre a relação objeto/sentidos corporais/alma na sensibilidade, e de como a faculdade da razão e da memória atuam nesse tipo de conhecimento para que se dê o conhecimento dos objetos externos ao próprio corpo humano, ou seja, se o objeto nos advém do exterior, é no nosso interior que o mesmo é entendido e compreendido.

Da mesma forma trataremos do conhecimento racional, uma vez que o homem é o único ser criado dotado de uma alma racional e como tal é o único com capacidade de entendimento e compreensão. Neste tipo de conhecimento já não existe a relação objeto/sentidos corporais/alma, pois, o objeto deste tipo de conhecimento é apenas uma representação e este tipo de conhecimento se dá apenas na mente do homem, em seu interior, portanto, sem recurso ao objeto exterior e aos sentidos corporais. Mostraremos a importância da faculdade da razão e da memória para o conhecimento racional do homem, tendo em vista o alcançar da beatitude.

No tocante à faculdade de razão e no seu uso, mostraremos que encontramos, nela, duas funções: a função de governo, portanto da ação do homem sob o que é temporal, e a função destinada ao acesso e conhecimento da verdade, da felicidade. Do primeiro uso tiramos a ciência, que nos permite, não só o conhecimento do mundo temporal, como o bom uso prático do mesmo; do segundo uso, a sabedoria, pois é a parte destinada à contemplação da verdade e pela qual obtemos as normas e as regras, pelas quais julgamos o temporal e as nossas ações práticas.

Uma vez que o homem foi criado à imagem de Deus, mostraremos em qual dos dois tipos de conhecimento se encontra a verdadeira imagem de Deus, a imagem da Verdadeira Trindade.

Passemos, pois, às seções que compõem nosso itinerário investigativo no presente capítulo.

3.1. Conhecimento sensorial: sentidos internos e externos

O conhecimento sensorial, como fonte de conhecimento é admitido por Santo Agostinho, ou seja, ele admite que pelos sentidos corporais é possível algum tipo de conhecimento.

Sendo o homem, um composto de corpo e alma, para que o corpo possa viver e sobreviver no mundo, ele tem necessidade de algo pelo qual possa evitar obstáculos, fugir de algum perigo, conseguir observar o mundo que o rodeia a fim de buscar alimento ou abrigo. Esse algo que o capacita para tais ações são os sentidos corporais, que todo o animal vivente é dotado deles; vivente, pois apesar de um cadáver de um animal continuar com os seus sentidos, eles não mais conseguem exercer a função para a qual foram destinados, pois os mesmos não podem operar no corpo sem a alma. Tais sentidos são denominados externos, isto porque é por intermédio destes que todo o animal vivente, como o homem, consegue perceber o mundo que o rodeia, ou seja, consegue perceber todo e qualquer objeto externo a ele mesmo, seja um som que escuta, seja uma árvore que vê, seja uma superfície lisa que sente pelo tato, seja um gosto doce que saboreia. Nesse sentido nosso autor entende que “é consenso universal que, assim como o homem interior é dotado de inteligência, o homem exterior é dotado de sentidos corporais” (*Trindade*⁶, XI, 1, 1994).

Os sentidos do homem exterior são, assim, sentidos corporais, e os podemos nomear como sentido da vista, sentido da audição, sentido do tato, sentido do olfato e sentido do paladar. Todos esses são responsáveis por perceber objetos externos ao próprio homem e, assim, dar-lhe certo tipo de conhecimento, a partir da experiência, ou seja, é por sentir várias vezes a doçura proporcionada por certo tipo de alimento que sei que há alimentos mais doces que outros. Logo, é possível afirmar que o conhecimento sensível é engendrado por nós e pela coisa que é conhecida. E como tal, sendo essa forma de conhecimento admitida por Santo Agostinho, para ele não existe no conhecimento sensível nada de inato, pois não nascemos com a capacidade de saber que algo dotado com a capacidade de movimento, por exemplo, é capaz de se mover ou ficar parado, se não experimentamos ou observamos o que é movimento e o que é ficar parado.

Para nosso autor o conhecimento sensível não é algo inato no homem, não nasce com ele, pois se assim fosse, se o conhecimento sensível fosse inato, teríamos que admitir que um homem privado, por exemplo, do sentido da visão tem conhecimento das cores

⁶ Doravante iremos usar a abreviatura *Trin.* Para a obra agostiniana *Trindade*.

sem as nunca ter percebido. Mesmo aquele que não está privado de tal sentido, sem ter a percepção das cores, caso os sentidos fossem inatos, saberia o que é a cor e como tal conseguiria distinguir a cor vermelha da cor azul, por exemplo.

O Bispo de Hipona entende que o conhecimento sensível é engendrado pelo homem e pela coisa que é conhecida. E como o homem é um ser dotado de inteligência, há algo no homem capaz de distinguir e discernir o que é informado por cada um de seus sentidos, de forma individual, mesmo aquilo que é informado por mais de um sentido, como, por exemplo, as formas de um corpo, que nos são informadas pelo sentido da vista e o sentido do tato. A esse respeito assevera Agostinho:

E a respeito das formas corporais, enquanto grandes ou pequenas, quadradas ou redondas, e de outras propriedades semelhantes, não temos também a sensação delas pelo tato, como pela vista, de modo a não podermos atribuir como próprio a um único desses sentidos, mas a ambos. (*Livre Arbitrio*⁷ II, 3, 8, 1995)

No sistema agostiniano esse algo capaz de distinguir e discernir o que é informado por cada um dos sentidos, quer individualmente, quer por intermédio de mais de um sentido, é o que é denominado por nosso autor de sentido interno ou atenção da alma. Mesmo que não haja nada a ser informado pelos sentidos do corpo, a sua existência é constante, uma vez que a alma, como é elemento animador e vivificador do corpo, está sempre ativa. Isto significa que a alma nunca é passiva em relação ao que o corpo lhe informa, mas é ela que ordena o corpo a se desviar do que lhe é prejudicial e a se ater ao que lhe é benéfico.

Nesse movimento do modelo agostiniano já temos três realidades: o objeto, os sentidos corporais e a atenção da alma ou sentido interno. Estas três realidades pertencem à entidade que nosso autor denomina de homem exterior. Será por elas, por essas realidades, mais propriamente pelo nosso sentido interno do que pelas outras duas realidades, que algo do exterior chega à razão, para que esta atue ou seja chamada a atuar para que possa entender e compreender aquilo da qual é informada pelos sentidos, pois é a partir daí que a razão julga sobre algum objeto. Nas palavras do próprio Agostinho: “Eu penso, antes, que seria pela razão que nós compreendemos de certo sentido interior, ao qual os cinco sentidos externos transmitem todos os seus conhecimentos a respeito dos objetos.” (*lib. arb.* II, 3, 8).

⁷ Doravante iremos usar a abreviatura *lib. arb.* Para a obra agostiniana *O livre-arbitrio*.

Anteriormente afirmamos ‘nosso sentido interno’ com referência ao homem. Entretanto, no modelo agostiniano, o mesmo sentido interno existe nos demais seres vivos que são dotados de sentidos corporais. E a partir do sentido interno, ou da sua existência, que todo o ser vivo que é dotado de sentidos corporais consegue evitar uma ação prejudicial a ele mesmo e buscar uma ação benéfica a ele mesmo. Por exemplo: um gato ao escutar um determinado som; a sua audição informa o seu sentido interno, o qual presta atenção ao que lhe chega pelo sentido externo, associando experiências anteriores ao que é motivo de atenção do sentido interno; o gato saberá se aquilo que provocou aquele ruído é para ser evitado, pois significaria perigo para o felino ou se o mesmo poderia ser entendido como significado de possível alimento, uma possível presa a ser capturada.

No entanto, no caso do homem, isso ocorre através de outra dinâmica. Tendo em vista que o ser humano é um ser dotado de razão, e não sendo o sentido interno uma faculdade dessa razão, mas uma faculdade que governa os demais sentidos, ele, o ser humano, é capaz de distinguir aquilo que chega por meio dos seus sentidos. Portanto ele é capaz de distinguir o que é dado pelo sentido da vista do que é dado pelo sentido da audição ou até mesmo o que é dado em conjunto por esses dois sentidos. É por ter razão que o homem compreende essas distinções. E pela razão que o ser humano tem a garantia de alguma semelhança entre o objeto exterior e a imagem interna desse objeto; ou seja, é por meio da razão que os seres humanos conseguem diferenciar o objeto exterior da imagem desse mesmo objeto. É pela razão que o homem ultrapassa o que é dado ao sentido interno pelos sentidos externos. E pela razão que o homem eleva ou pode elevar esse dado sensorial a se tornar objeto da ciência. Essa dinâmica é uma coisa que os demais seres vivos, dotados simplesmente de sentidos externos e sentido interno, e não da razão, não conseguem realizar.

Fixaremos por agora, a nossa atenção nas três realidades do homem exterior. Deixaremos de lado, nesse momento, a necessidade de discorrer acerca de como a razão é chamada para entender ou compreender aquilo que os sentidos lhe informam. Tal aspecto iremos trabalhar na próxima seção desse capítulo.

Conforme afirmamos anteriormente existem três realidades: objeto, sentido, o sentido interno ou atenção da alma. Para facilitar nossos exemplos usaremos, como exemplo, o sentido da vista. Esses três elementos formam as três realidades existentes no homem exterior e são responsáveis pelo conhecimento sensível do homem.

Estas três realidades são de natureza distinta, pois não se pode dizer que o objeto seja o sentido da vista, nem, tão pouco, que o sentido da vista seja o sentido interno. Como

a natureza das três não é a mesma, logo as três realidades também não são uma só substância, mas, sim, três substâncias. No entanto, para que se dê o conhecimento sensível ou a possibilidade de obtenção do conhecimento sensível, o sentido interno é responsável por enlaçar as outras duas realidades, formando assim uma espécie de trindade. Entretanto, essa noção triádica é bem desigual frente àquilo que se observa da Verdadeira Trindade, pois nela, na Verdadeira Trindade as três realidades existentes, Pai, Filho e Espírito Santo, são uma só substância e uma só natureza.

No caso das três realidades do homem exterior, a natureza do objeto, não é a mesma da natureza do sentido da vista e tampouco estas duas são da mesma natureza do sentido interno; apesar de o sentido da vista e o sentido interno serem da natureza do ser vivente dotado de sentidos. Portanto, o conhecimento sensível dá-se pela percepção do objeto pelo sentido da vista no qual é impressa a imagem do próprio objeto, que por sua vez informa o sentido interno sobre esse mesmo objeto. Informar, no modelo agostiniano, deve ser entendido da seguinte maneira: informar prefigura o sentido de que é a atenção da alma que ordena o sentido da vista a se deter ou afastar do objeto percebido por esse sentido, devido à sensação causada na alma por essa mesma impressão.

E de salientar que, independentemente de existir ou não existir um determinado objeto a ser percebido, o sentido externo, neste caso o sentido da vista, continua a existir, por isso, o que se chama de visão é a impressão do objeto percebido pelo sentido da vista. Essa impressão é a forma do objeto, ou seja, não é o objeto que gera a visão, mas sim, a forma do objeto percebido que gera a visão e pela qual temos a sensação do objeto. Uma vez desaparecido o objeto do sentido vista, a visão desaparece, não desaparece, no entanto, o sentido da vista, nem tão pouco, o sentido interno.

Desta forma podemos observar que para Santo Agostinho a alma serve-se do corpo para o seu conhecimento sensível, pois, se o corpo é causa do conhecimento sensível que a alma obtém, a própria alma, e a partir da sensação causada pelo corpo, age sobre o corpo de forma a suprimir a dor e até a contrariar um prazer, se tal lhe for prejudicial. Isso significa que a alma é ativa e o corpo passivo, pois o corpo é hierarquicamente inferior à alma. Uma vez que é a alma que dá vida ao corpo, o corpo sem alma é apenas uma coisa que existe; ao passo que com a alma o corpo não só existe como tem vida; logo, a vida é superior à existência. Se assim não fosse teríamos de admitir que um cadáver é superior a um corpo com vida, o que dentro do modelo agostiniano é um absurdo.

Tendo em vista que algo inferior hierarquicamente não pode exercer uma ação sobre o que lhe é superior, disso se conclui que é a alma que, a partir da sensação, tem

causa na ação sofrida pelo corpo, oriunda de algo externo a ele. Ação essa que não escapa à atenção da alma e que a leva a agir sobre o corpo, ordenando-o a se direcionar ou se desviar do objeto percebido. Dessa dinâmica se depreende e conclui que um determinado objeto exterior modifica, por sua ação um sentido externo de nosso corpo. A alma presta atenção a essa ação, e essa atenção provoca uma sensação na alma, sensação essa que provoca uma memória do objeto. Com relação a esse fato o próprio Agostinho afirma: “Isso porque, desaparecida a figura corporal que atuava sobre o sentido corporal, permanece na memória uma imagem desse objeto, imagem essa que pode levar a vontade a voltar-se novamente a ela com o olhar da alma.” (*Trin.* XI, 3, 6, 1994).

A memória de algo, nada mais é do que a representação do objeto dado à sensibilidade. Dessa forma o que antes era do chamado homem exterior agora faz parte do homem interior, conforme a nomenclatura de nosso autor. Para ele a memória é uma faculdade da nossa razão e como tal faz parte desse denominado homem interior. As realidades do homem interior, para Santo Agostinho, são da mesma natureza ou não são estranhas à natureza da alma. Por isso elas fazem parte daquilo que nos distingue dos demais seres vivos, dotados apenas de sentidos corporais, e, como tal, permitem-nos dar o salto daquilo que nos chega pela atenção da alma, obtida através dos objetos da sensibilidade, e os elevar à condição de objetos da ciência.

As três realidades do homem interior são: a memória, a visão interior e a vontade. Temos assim uma nova trindade. Nesta trindade, não existe diversidade de substância como ocorre na trindade do homem exterior, uma vez que agora não existe o objeto exterior, que era de natureza diferente da do vivo. O objeto agora pertence à natureza do vivo. Tampouco existe o sentido corporal, que era informado pelo objeto exterior para que se desse a visão. Da mesma forma não existe a necessidade de atenção da alma que teria de atuar para dirigir tudo da forma correta, nem tampouco a necessidade dos sentidos corporais para algum objeto externo. Neste ponto, o objeto está representado e conservado na memória, está conservada a forma do objeto que foi percebido pelos sentidos exteriores.

No entanto, só a razão é capaz de diferenciar o objeto que está retido na memória da forma desse objeto, que é a visão interior. Tal como só a razão poderia distinguir a forma impressa no sentido do objeto real. Para o Bispo de Hipona: “Isso, porque desaparecida a figura corporal que atuava sobre o sentido corporal, permanece na memória uma imagem desse objeto, imagem essa que pode levar a vontade a voltar-se novamente a ela com o olhar da alma.” (*Trin.* XI, 3, 6, 1994).

O objeto da visão interior não é diferente do objeto da memória; e é pela vontade que buscamos o que está na memória e lançamos o olhar interior sobre esse objeto. É dessa forma que pensamos sobre os objetos que outrora foram presentes e que agora estão ausentes e que são acessados a partir da nossa memória. Aqui uma pergunta se apresenta como fundamental: o que é o pensamento?

A resposta do modelo agostiniano é dada de forma efetiva. O pensamento é a reunião do que está retido na memória, o olhar da alma para o objeto retido na memória, o qual causa a visão interna e o enlace da memória e da visão interna pela vontade. Ao acessar um objeto da nossa memória não estamos mais do que a lembrar desse objeto; e ao fazê-lo estamos a olhar para ele, estamos a reter a nossa atenção nele. Essa atenção nada mais é do que a nossa vontade a atuar, de tal forma, que em certos casos o corpo sente ou vive aquilo que pensa, tal é a força da vontade. Nas próprias palavras de nosso autor: “Acontece de fato haver pessoas que, seduzidas ou atemorizadas perante uma representação por demais viva das coisas visíveis, ergueram exclamações repentinamente, como se realmente participassem dessas ações ou se com elas sofressem.” (*Trin.* XI, 4, 7, 1994).

Podemos citar como exemplo do que falamos acima episódios cujas memórias são de medo ou de prazer. Nesses episódios ao sermos colocados fisicamente na iminência de os viver, passar por esses episódios novamente, por antecipação já há sofrimento ou prazer, ou seja, mesmo antes de que eles ocorram ou possam ou não ocorrer, já ficamos atemorizados pelo medo que outrora esses episódios nos causaram ou nos deleitar pelo prazer outrora vivido.

Um ponto que agora é necessário referir é o papel da imaginação. Uma vez que a imaginação está ligada ao pensamento, ao imaginar também estamos a pensar e como o movimento do pensamento está ligado à trindade do homem interior, a imaginação também intervém nessa trindade. Ora, uma coisa que a nossa vontade não consegue querer ou não consegue fazer, é que o objeto exterior possa voltar aos sentidos quando este desaparece, como também a vontade não tem como fazer voltar a imagem que estava guardada na memória e que foi esquecida. No entanto, nossa alma tem o poder de representar não só o que foi esquecido como o que foi experimentado e o que não foi experimentado.

Essa representação é a imaginação da alma em ação, a qual leva a alma a representar de forma aumentada ou diminuída, ou seja, pode-se, pela imaginação, aumentar algo que necessariamente não foi assim. Como a história do pescador que aumenta sempre o tamanho e o peso do peixe pescado, em especial quando não tem o referido peixe para

provar ou diminuir esse algo, da mesma forma ocorre como quando diminuimos o embaraço de alguma situação. É pela imaginação que a alma o faz, e o faz conforme a sua vontade. Assim, se a alma, pela recordação, apenas recorda o que foi por nós experimentado, pela imaginação ela pensa de várias maneiras ou possibilidades sobre um objeto anteriormente pensado, bem como pode pensar algo nunca antes experimentado, ou seja, pensar sobre uma nova perspectiva ou olhar. Por exemplo, o unicórnio, um animal mítico com a forma de cavalo com um chifre na cabeça. Se bem que seja um ser nunca antes experimentado, a experiência de cavalo já existe, o que foi acrescentado e pensado de outra forma foi o pormenor do chifre, isso é imaginação.

Um outro exemplo do papel da imaginação são os relatos das pessoas ou leituras de livros. Nestes experimentamos a imaginação quando imaginamos, através das palavras escutadas ou escritas, e nelas procuramos não só entender e compreender aquilo que já sabemos, e se isso está ou não em acordo com o que sabemos, bem como imaginamos como seria de fato experimentar o momento relatado ou descrito por um escritor no seu livro.

No entanto, um sinal de alerta é necessário no uso da imaginação. O Bispo Hiponense alerta-nos para o fato de que o uso da imaginação não tenha como finalidade o engano. O enganar os outros, ou enganar a si mesmo, seguindo ilusões, levando a nossa vontade a se enredar em tais ilusões, deve ser evitado. Por isso nosso autor nos alerta:

Evitando-se esses dois males, em nada prejudicam essas fantasias e a sua imaginação, assim como em nada lhe prejudicam os objetos sensíveis, conhecidos pela própria experiência, retidos na memória. Isso, porém, se não desejarmos com avidez o que nos agrada, nem cuidar de fugir das coisas perniciosas. Quando a vontade se enreda nas coisas imaginárias que a agrada em demasia ou se envolve no que é nocivo ela torna-se impura. (*Trin.* XI, 5, 8, 1994)

De início tínhamos referido que Santo Agostinho admite o conhecimento sensorial e que o conhecimento é possível por ele. Podemos concluir então, que o conhecimento sensível se dá por duas trindades: a trindade do homem exterior (objeto, sentidos corporais e atenção da alma), e pela trindade do homem interior (memória, visão interna e vontade). É por este caminho que o homem adquire conhecimento daquilo que é externo, que é deste mundo, do mundo sensível.

A vontade tem um papel importante e preponderante no conhecimento sensível, pois se a mesma for mal dirigida, como ocorre quando a nossa vontade se deleita com os prazeres do corpo, ela leva a alma a se confundir com o próprio corpo, deixando de buscar

o seu fim último, que é a beatitude; fim esse que é um fim em si mesmo e, como tal, não é dependente de nenhum outro.

O conhecimento sensível não deixa de ser importante e necessário ao homem para que este sobreviva no mundo, mas é apenas mais uma etapa na sua caminhada para a verdadeira felicidade.

Diante de tudo o que vimos aqui podemos entender que é no conhecimento sensível que apercebemo-nos que a alma racional não sofre ação do que é exterior a ela mesma. É ela que ordena o corpo a se ater ou se desviar do que é percebido; logo, é no interior do ser humano que o conhecimento sensível se dá, pois é no interior e pela faculdade de memória, na qual ficam gravadas as experiências empíricas, que a faculdade da razão age para deliberação sobre o que nos advém da sensibilidade.

Sendo assim torna-se necessário entender e perceber como a faculdade da razão age para as suas deliberações sobre o mundo temporal e as ações práticas do homem nesse mundo temporal, bem como entender de onde a razão tira as normas e regras para suas deliberações e julgamentos. E isso faremos na próxima seção do presente capítulo, que é destinada à investigação do conhecimento pela razão.

Procedamos a essa investigação.

3.2. O conhecimento pela razão

O ponto de partida de nossas reflexões nesse capítulo é a afirmação de Gilson acerca do pensamento agostiniano: “O conhecimento sensível colocou em evidência a existência da alma e do pensamento puro, o qual como a alma tem sua fonte em Deus.” (GILSON, 2006, p. 139).

Esse pensamento expresso por Gilson coloca em evidência que o homem é um ser dotado de uma alma racional, e que o homem é uma criação de Deus. Dessa forma, por ter uma alma racional, o homem não só pertence às coisas que são existentes, como pertence às coisas existentes com vida. No entanto ele, e só ele, detém a capacidade de entendimento, de compreensão. Por possuir tal capacidade os seres humanos estão acima de tudo que existe e de tudo que existe e têm vida. Contudo, o ser humano está submisso, apesar da sua racionalidade e inteligência, a uma inteligência superior. Essa inteligência é Deus.

Assim, é possível estabelecer que o homem está, de acordo com a ordem ontológica do ser expressa pelo modelo agostiniano, acima dos seres que existem e dos seres existentes com vida. Contudo, todos os seres humanos estão abaixo do Ser através do qual todo o resto é, existe e tem vida. Deus é esse Ser e Ele é o criador de tudo, pois tudo foi criado segundo as suas ideias. Ideias essas que nada mais são que suas razões, fruto de seu pensamento puro e livre.

No modelo criacionista agostiniano Deus é o criador de tudo. Foi Ele que transmitiu, por meio de seu ato criacional, o ser a tudo. Mediante esse ato criacional Ele também transmitiu aos seres humanos a capacidade de conhecer a verdade. No sistema estabelecido por nosso autor a verdade é Deus.

O conhecimento da verdade se faz pelo uso da razão em nossa alma, pois, ela tem a capacidade de ver, perceber e entender, no mundo material, as ideias de Deus. Por isso Santo Agostinho pode afirmar que:

Essas razões, se não estivessem acima da mente humana não seriam imutáveis. Entretanto, se elas não tivessem nenhuma ligação com nosso ser, que lhes é submisso, não poderíamos emitir juízo algum a respeito daquelas realidades corporais. Ora, fazemos juízos sobre tais realidades, baseados na razão de suas dimensões e figuras, cuja razão nossa mente reconhece como imutável. (*Trin.* XII, 2, 1994, p. 367)

Portanto, o homem tem, assim, um certo privilégio devido à sua racionalidade, sua inteligência; pois, não só consegue o entendimento e o conhecimento de tudo que é temporal, de tudo que está abaixo dele, bem como ele tem a possibilidade de inteligir as ideias de Deus.

Tudo isto é possível devido à sua mente racional, a qual dispõem da faculdade da razão. Faculdade essa que lhe permite emitir juízos, julgamentos, de forma que consegue distinguir uma aparência, algo que somente seria verossímil daquilo que é a verdade.

Na seção anterior desse capítulo verificamos a existência do uso da razão no conhecimento sensível. O conhecimento sensível, depois que é aprimorado pelo uso da razão, é capaz de emitir juízos e julgamentos que o levam não só a distinguir o objeto exterior da imagem deste, a qual se encontra impressa num dado sentido corporal, bem como distinguir o objeto guardado na nossa memória e a forma do mesmo, para que o objeto seja pensado.

Teríamos, como exemplo, a representação de uma roda guardada na memória. Com a própria representação da roda está a forma dessa roda, a forma é redonda, pois, o ser redondo é que lhe permite rodar, girar, por conseguinte, ser uma roda. No entanto, a

forma redonda não é propriamente a roda, pois existem muitos outros objetos que são redondos e não são rodas. Pela razão conseguimos distinguir o objeto daquilo que faz o objeto ser o que é. E por dispormos da razão que conseguimos distinguir a essência que faz o objeto ser o que ele é, do próprio objeto.

Isto nos dá ou aponta para a existência do pensamento puro da mente racional do homem, que é da interioridade do homem, pois, é no seu interior que se dá o conhecimento do sensível e o conhecimento do inteligível. Para o modelo agostiniano o conhecimento nada mais é do que ter uma ideia segundo a qual uma coisa é o que é. Portanto, o conhecimento é a ação de conhecer a verdade da coisa e, ainda, ser capaz de distinguir diferentes ideias, pois, para diferentes coisas existem diferentes ideias. Por isso, à guisa de exemplo, temo que a ideia de homem é diferente da ideia de cavalo.

Mas, qual a fonte da qual o homem se serve para julgar, ou seja, qual ou quais razões servem de base para que a própria razão humana julgue?

De acordo com o ponto de vista de Gilson (2006) inicialmente constatamos que a fonte da alma e do pensamento puro é Deus; logo, a base para os julgamentos e juízos da nossa razão são as próprias razões de Deus, razões eternas, imutáveis e incorpóreas. Assim, não só o homem consegue encontrar na natureza a mão de Deus, como encontra nessa mesma natureza a ou as razões pelas quais uma coisa foi criada de determinada maneira, e outra de maneira completamente diferente, bem como, pelo seu pensamento puro, pela sua inteligência, o homem consegue ter acesso à verdade superior inteligível. Por conseguinte, não só a razão humana é capaz de lidar com as ações temporais e corporais, como, também, ele é capaz de aderir às verdades inteligíveis e imutáveis, de entre as quais podemos citar a ideia de bem.

É na interioridade do homem, na sua racionalidade, que encontramos uma dupla função no uso da razão. Encontramos uma parte da razão, a razão inferior, que lida com o que é temporal, mutável, que nos leva a ter ciência do mundo temporal, no qual o homem vive e age. Encontramos também uma parte da razão, a razão superior, que adere aos inteligíveis e assim tem acesso à verdade, à sabedoria. Tal distinção só é possível, porque a nossa alma é incorpórea e criada por essa fonte, que é Deus. A alma participava dessa fonte e como ela mesma foi criada à imagem de Deus, ela mesma participava da Verdade eterna e imutável e, como tal, tem a possibilidade de a entender, compreender não só essa Verdade inteligível, bem como as verdades do que é temporal aos quais essa fonte deu o ser (GILSON, 2006).

No entanto, a nossa razão é uma. A divisão apenas se dá por motivos da função que desempenha. Ou seja, quando lidamos com o temporal, afirma-se que está em uso a razão inferior apenas porque o tipo de conhecimento com o qual a razão inferior lida tem a sua fonte numa excelência superior, haja vista que foi criado por essa excelência, a qual deu o ser ao objeto. Uma vez que o próprio objeto que é da ordem do temporal, do mutável, ele como tal está numa escala hierárquica inferior à própria razão humana. Por isso a mente delega essa parte da razão, a que lida com o contingente e o mutável, para administrar e governar o que lhe é inferior.

Administrar e governar nada mais é do que a possibilidade dada ao homem para ter conhecimento sobre o mundo de forma a que suas ações sejam em seu proveito. No entanto, a alma deve tomar atenção para não decair pela sua capacidade de administrar e governar o que é temporal; pois, ela decai quando se iguala ao que é temporal e adere a este, e deleita-se com a sua soberba de poder. Pelo fato de a razão poder governar o que lhe é inferior, ela forma as suas próprias leis. Leis essas que a fazem decair na medida em que ela, a razão, sente-se superior ou igual a quem deve ser submissa, Deus (GILSON, 2006).

O conhecimento do que é temporal dá-se a partir da experiência empírica, ou seja, é a partir dos objetos externos e dos sentidos corporais do homem que tal experiência ocorre; e a partir de muitas experiências dá-se o conhecimento, forma-se ciência sobre algo. Com base na ciência e com o uso da razão o homem delibera acerca das melhores ações a tomar para um bom uso dos bens temporais, isso sempre com vista a uma vida melhor. Esse é o raciocínio da ciência dentro do sistema agostiniano.

Assim, pela ciência, o homem consegue adquirir conhecimento daquilo que é mais natural a ele mesmo, que lhe é mais próprio. Uma vez que o homem vive no mundo temporal e este é o que mais está próximo de sua natureza, ele se apresenta como sendo o mais cognoscível para nós, seres humanos. Compreende-se desta forma que a noção de ciência refere-se ao movimento de como aprender para somente então saber algo.

Diante disso queremos salientar, com base no pensamento de Santo Agostinho, que a ciência do homem tem a marca da verdade, pois caso não viesse com essa marca, jamais existiria algum conhecimento. Ele afirma, a esse respeito, que

Tratemos, porém, no momento da ciência do homem, tomada em toda a sua extensão, pela qual conhecemos o que conhecemos - aquelas coisas que por certo têm a marca da verdade, pois de outro modo não seriam conhecidas. Ninguém conhece o que é falso, senão depois que percebe que é falso; e se o conhece, conhece uma verdade, ou seja, sabe ser verdade que aquilo. (*Trin.* XV, 10, 17, 1994, p. 503)

É pela ciência, que o homem delibera sobre a melhor ação a ter para o uso dos bens temporais. Pois, se a deliberação, ou seja, se o raciocínio for reto, e tender ao sumo bem, como fim último, essa ação tende à verdadeira felicidade. Mas se pelo mesmo raciocínio tender ao que é temporal, ao sensível, ele tende não a um bem comum, mas a um bem particular, e como tal tende à falsa felicidade. Para o pensamento desenvolvido por nosso autor a verdadeira felicidade refere-se àquele bem que não depende de mais nenhum bem, ou seja, é de tal forma que não tem causa em outro bem. Por outro lado, tem-se que a falsa felicidade é um bem que depende sempre de outro bem, dessa forma ela se sujeita à perda quando falta esse bem que a causa. É uma falsa felicidade pois está atrelada ao contingente, ao efêmero, ao passageiro.

A ciência tem seu lado bom se ela for dirigida pelo amor às coisas eternas. Esse amor edifica, pois nada melhor que amar e tender à verdadeira felicidade, à beatitude. Essa direção se faz a partir da ação na vida prática, que nos permite adquirir o bom uso dos bens temporais. Dessa forma, agir bem é agir de maneira virtuosa, é agir de maneira a evitar as más ações, levando uma vida reta, tendo como guias a justiça, a temperança, a fortaleza e prudência, que permitem ao homem alcançar a verdadeira vida feliz e eterna. Logo é pela ciência que tendemos à sabedoria, pois pela ciência adquirimos conhecimentos que geram, nutrem, fortalecem a nossa fé e conduzem o ser humano à beatitude. Portanto, podemos afirmar que há também sabedoria na ciência, sabedoria no bem agir dos bens temporais e que levam ao fortalecimento da fé no homem.

Afirmar que usamos a razão superior é referir-se ao conhecimento da verdade propriamente dita. Ou seja, quando lidamos com a fonte de tudo o que existe, que só nossa inteligência consegue aderir, entender e compreender estaremos ativando e usando a razão superior. No entanto, esse conhecimento é contemplativo.

Tendo em vista que o conhecimento temporal é adquirido primeiramente pelos objetos com o uso dos sentidos corporais, e os entendemos por intermédio nossa razão, o conhecimento inteligível se apresenta como contrário a ele. O conhecimento inteligível, como é incorpóreo, apenas o podemos contemplar e somente com nosso pensamento puro, só a nossa razão, dita superior, o consegue entender, compreender e promover uma adesão ao mesmo. Isso porque esse conhecimento inteligível é presente desde a criação da alma racional do homem realizada por Deus. E como Deus é fonte dos bens intemporais, como a beatitude, estes sumos bens só são captados pelo olhar da nossa mente, da razão superior. Esta é a função mais excelente da nossa mente realizada pela razão superior, que se entrega à contemplação do eterno e onde se realiza apenas conhecimento. Conhecimento que não

tem nada que venha de fora, nada surge da aparência, como ocorre no conhecimento sensível. Aqui temos o conhecimento puro da verdade eterna. Verdade essa à qual a alma adere por ser partícipe da mesma (GILSON, 2006).

Assim, somente na parte da razão superior encontramos a imagem de Deus, a imagem da verdadeira trindade. A trindade da razão superior é composta pela memória, a inteligência e a vontade ou amor, e essa é a imagem da trindade divina. Memória dos bens intemporais, imutáveis; inteligência para o entendimento e compreensão dos mesmos bens e vontade para se dirigir e amar esses bens, desejando-os acima de tudo. Nas próprias palavras de nosso autor:

Uma vez feita essa distinção de funções, poder-se-á encontrar não apenas uma trindade, mas ainda a imagem de Deus. E essa somente na parte racional, referente à contemplação das coisas eternas. Em referência, porém, à parte da alma deputada à ação no temporal poder-se-á encontrar uma trindade, não, porém, a imagem de Deus. (*Trin.* XII, 4, 1994, p. 368)

Este é o verdadeiro sentido da criação do homem à imagem de Deus, pois, somente a mente racional contempla por inteiro a verdade e é onde reside o conhecimento da beatitude. Beatitude, é o amor a Deus. É desejar esse amor, que se nutre pelo culto a Deus, partindo da fé, que é indispensável para crer no que se não vê, a qual é fortalecida, entendida e compreendida pelo uso da razão.

Logo, a beatitude é um fim em si mesmo, um bem que satisfaz todo o desejo. Ela basta-se por si mesma e confere a paz, pois, não depende do acaso, nem do tempo, como ocorre com os bens temporais. No modelo agostiniano (GILSON, 2006) só a verdade ou o conhecimento da verdade é necessária para a beatitude. E quem é a verdade? A verdade é Deus. Portanto, a beatitude é estar face a face com Deus, e sua recompensa é a paz eterna e a vida imortal.

Por isso a contemplação é chamada de sabedoria e não de ciência. No entanto nada impede que essa mesma sabedoria seja chamada de ciência da contemplação dos bens intemporais (GILSON, 2006), que sempre existiram, sem tempo, através das realidades inteligíveis captadas somente pelo olhar da mente.

Desta forma podemos entender e concluir, que o conhecimento racional do homem dentro de sua unidade, tem essa dupla função, lidar com o que é temporal, que se denomina ciência, e lidar com o que é imutável, que se denomina sabedoria.

E nesse sentido que devemos entender que na teoria do conhecimento de Santo Agostinho a razão superior coloca em evidência o fim último, e o mais desejável, de tal forma, que dá à razão inferior a maneira de bem agir e usar os bens temporais com vista à

verdadeira felicidade. Ou seja, se pela contemplação conhecemos, por exemplo, a justiça, é pela ação temporal que vamos agir de forma justa, conforme a ideia de justiça, dessa forma só se irá agir de forma justa se soubermos o que é a justiça.

No entanto, há um outro fator a ter em conta, e necessário para essa dupla função da razão, que permite que a ideia seja fundamento da ação. Esse fator é a fé, mas essa entendida como uma fé temporal do homem nas coisas imutáveis, eternas, pois, só o assentimento, a crença em algo, dá as bases para a razão fundamentar e explicar. E através dessa dinâmica entre a fé e a razão que temos a famosa frase de Santo Agostinho: “*credo ut intelligam, intelligam per credo*” [Creio para compreender, compreendo para crer].

No entanto, de que fé estamos a falar? Estamos a falar da fé em um único Deus trino, ou seja, um Deus único designado por Pai, Filho e Espírito Santo, três pessoas e uma só essência, criador de tudo que existe e que é a própria verdade. A fé, no entanto, não é estranha à própria vida temporal do homem, pois, a fé é uma crença, é um assentimento que algo é assim. Esse assentimento, por exemplo, pode ser um assentimento a algo que nos é contado pelas palavras dos outros, como algo que lemos num livro. Logo não há nada de irracional na fé, pois a mesma origina-se de opiniões e testemunhos, que são colocados numa discussão racional.

Essa noção agostiniana de discurso racional deve ser entendida como sendo a fundamentação de uma determinada crença pela razão a partir da sua validação lógica. E dar o suporte à fé pela inteligência, a partir de um ou vários raciocínios lógicos e válidos. Se a fé nos revela que a verdadeira felicidade é um bem intemporal, e que Deus é a verdade e recompensa de felicidade e vida eterna, a razão inferior deve ser entendida como sendo aquela que governa o bem agir e o uso dos bens temporais. Isso sempre com vista aos sumos bens. Nesse ínterim esse bem agir, e uso, fortalecem ainda mais a fé. É efetivamente pela a razão superior que teremos a fundamentação dessa mesma fé, pois pela inteligência se compreende a fé. Pela fé acreditamos, pela razão aceitamos e fundamentamos essa fé.

Temos assim instanciado três níveis de conhecimento em Santo Agostinho. O primeiro nível é o da fé, do acreditar pela opinião. O segundo nível o da ciência das coisas humanas e bens temporais, parte da razão destina à deliberação, conhecimento e ação do que é mais próximo da natureza humana. Aqui nesse nível podemos incluir as ciências da natureza, a matemática, bem como o agir de forma virtuosa na condução e uso dos bens temporais. E o terceiro nível de conhecimento parte da razão destinada ao conhecimento inteligível, é a contemplação dos fins e da verdade.

Se na sensibilidade descobrimos que o conhecimento do que é exterior ao homem se dá no interior do homem a partir da memória, visão interior e vontade, e que pela faculdade da razão conseguimos emitir juízos sobre a representação que a faculdade da memória nos dá, e dessa forma pensamos e deliberamos sobre o objeto, assim, é pela razão que aprimoramos o conhecimento sensível.

Essa mesma sensibilidade nos mostra que temos um pensar racional, que nos permite não só conhecer o mundo que nos rodeia e deliberar sobre as melhores ações de forma ao bom uso desses bens temporais, como conhecer nesse mesmo mundo material as ideias de Deus. No entanto, esse deliberar é exclusivo do ser humano, pois é por nossa faculdade da razão que tal o fazemos.

No conhecimento pela razão, e devido a possuímos tal faculdade, é que temos essa dupla funcionalidade da razão, usada para a ciência e para a contemplação. Usamos para fazer ciência a função da razão destinada ao governo e bom uso do mundo material, a qual chamamos de razão inferior; e usamos a razão na contemplação para entender e acessar à verdade, a qual chamamos de razão superior.

A verdade é Deus, que ao mesmo tempo é beatitude e sabedoria plena, e só pelo uso de nossa razão é que aderimos à verdade que ilumina a nossa alma racional.

Dessa forma vemos que o pensamento humano para atingir a sabedoria e felicidade é dependente do pensamento de Deus, da sua iluminação, pois é por esta iluminação que a razão humana obtém as normas e regras segundo as quais lhe permitem emitir os seus juízos, seus julgamentos, e lhe permitem o acesso à verdade. A verdade são as ideias de Deus, suas razões que nos servem de norma, regra e medida para os nossos julgamentos.

Todo este processo, este movimento, não seria possível sem a fé, a fé num Deus trino, fonte da verdade, felicidade e caridade; além do que por essa caridade Ele permite ao homem o alcançar da verdade e a felicidade eterna.

3.3. Razões eternas: Deus como verdade

De acordo com o pensamento agostiniano é por nossa própria razão que temos a capacidade de pensar, refletir e julgar sobre as coisas. Desta forma adquirimos conhecimento, em primeiro, o conhecimento do que nos está mais próximo e igual à nossa natureza, neste caso, o conhecimento do que é temporal, mutável, no qual nossas ações

temporais se desenrolam. Por essa mesma razão também contemplamos sobre o ou os princípios a partir dos quais tudo mais existe, ou seja, qual ou quais as razões são o princípio originário a partir do qual tudo foi criado com ordem, medida e número.

Tal ou tais razões são a fonte, a medida e a regra pela qual nossa razão emite seus juízos e julgamentos. Ora, essas mesmas razões, para servirem de medida e regra, têm de estar acima da própria razão humana, têm de ser imutáveis, intemporais e eternas. No entanto, nossa própria razão tem uma espécie de ligação para com essas mesmas razões, as quais é submissa, pois se assim não fosse jamais tais verdades imutáveis serviriam de medida e regra para nossos juízos e julgamentos.

A fonte de tais razões, no pensamento de Santo Agostinho, é Deus; pois, Deus é o criador de tudo que existe, e tudo o que existe, existe por suas próprias razões imutáveis, eternas e atemporais. Razões essas que nada mais são do que as ideias de Deus, ideias pelas quais tudo foi criado e a tudo foi dado o ser por transmissão quando da criação, inclusive a própria alma racional do homem. Logo, as ideias são a forma e causa de tudo que tem nascimento e corrupção.

Conhecer as ideias de Deus é conhecer a verdade, pois Deus é a própria verdade e a sabedoria plena pela qual tudo foi criado. No sistema agostiniano em Deus o ser e o saber identificam-se, ou seja, a própria sabedoria e demais atributos de Deus, como o bem, a justiça, identificam-se com sua essência. Vejamos o que nosso autor assevera a esse respeito:

Pois Deus de ninguém recebe a sabedoria, como nós recebemos dele, mas Deus é ele mesmo sua própria sabedoria, pois nele, sua sabedoria se identifica com sua essência de modo que para ele, existir e ser sábio se identificam. (*Trin.* XV, 6, 1994, p. 490)

Dessa forma, Deus é fonte e luz de suas razões inteligíveis, fonte desses inteligíveis e luz que ilumina a alma racional do homem. Assim sendo temo que essa luz é transcendental ao próprio homem e o fator que lhe possibilita o conhecimento dessas mesmas razões inteligíveis.

De acordo com o pensamento de nosso autor se é devido à existência da luz proveniente do sol que conseguimos conhecer e visualizar os objetos temporais, Deus, por analogia, é o sol cuja luz ilumina esses inteligíveis, é Ele que permite e possibilita o conhecimento desses mesmos inteligíveis. Assim, a forma pela qual o pensamento conhece a verdade é análoga ao sentido da visão, a qual só se dá devido ao fato de ela ser iluminada

pela luz proveniente do sol, por isso o pensamento do homem é iluminado pela luz de Deus, pela qual o pensamento humano apreende as verdades inteligíveis.

Desta forma verificamos que o pensamento do homem não é o pensamento de Deus. Por isso o intelecto humano é dependente, é receptor da luz divina, que o ilumina, a qual é necessária para que o homem possa pensar sobre a verdade, pois a verdade é, segundo o ponto de vista agostiniano, “*aquilo que revela o que é, ou se manifesta a si mesmo*” (ABBAGNANO, 2007, p. 995).

Sendo assim a verdade é o verbo de Deus pelo qual tudo foi criado. O verbo é a própria memória, inteligência, vontade ou amor de Deus, pois, tudo foi criado segundo as ideias de Deus, que são a sua própria memória, inteligência e vontade ou amor. Essa mesma trindade encontramos-la no homem, em seu interior, na sua mente, a qual, pelo uso da faculdade da razão, consegue entender, compreender, a trindade divina, a qual, por sua vez, ilumina com sua luz a mente humana de forma que o olhar da mente humana consegue visualizar a trindade divina inteligível.

A mente é a parte mais nobre da alma humana, pois ela é a imagem da verdadeira trindade. Quando analisamos o conhecimento pela razão nos seres humanos vimos que a alma é a imagem da verdadeira trindade, pois ela foi criada à imagem de Deus. Essa estrutura triádica também é aplicada à mente de tal forma que ela se expressa por meio da memória, inteligência e vontade/amor.

É o chamado homem interior que recebe a iluminação Divina da verdade, da sabedoria, portanto, das razões eternas. Essa iluminação não finda, mesmo que a alma humana se prive de Deus por causa do pecado. Isso ocorre por causa da caridade de Deus para com a humanidade, haja vista que, mesmo na privação de Deus, Ele continua presente nessa alma pecadora. Assim a caridade é Deus, é a própria Trindade Divina como nosso autor afirma:

Mas quando chegamos à caridade, que é o próprio Deus, segundo as escrituras (1 Jo4, 16), a Trindade começou a lançar um raio de luz, pela consideração de alguém que ama, daquele que é amado, e do próprio amor. (*Trin.* XV, 6, 10, 1994, p. 491)

Nesse sentido devemos entender que a caridade é o amor de Deus às criaturas que foram criadas por sua boa vontade. Por isso é que devemos entender que o fato de Deus ter-se feito carne é um ato de demonstração e prova da vontade e amor de Deus para com a humanidade. Ao se fazer carne, Ele o fez para demonstrar, pela sensibilidade aos homens, o seu próprio amor, sua sabedoria, sua verdade. É por intermédio desse movimento que

devemos vislumbrar o fato de que o verbo encarnado é a memória, inteligência e a vontade de Deus, ou seja, é a própria Trindade Divina.

De acordo com o pensamento agostiniano o verbo encarnado é o mestre que nos ensina a crer naquilo que a nós é invisível, o conhecer sem ver pelo corpo sensível e que só conseguimos perscrutar, entender, em nosso interior. Ele nos ensina o caminho, a direção da verdade, da sabedoria, da beatitude, portanto, o caminho da vida eterna e da bem aventurança. Somos como que recrutados por esse mestre interior a recorrer à fé, a ter necessidade da fé. Mas qual fé? A fé de que Deus é criador de tudo que existe. Assim, tudo o que existe, existe por sua vontade e por meio da sua razão eterna, a qual explicita-se na existência de Deus trino, formado pela pessoa do Pai, do Filho e do Espírito Santo Tal concepção da trindade manifesta-se por meio de três pessoas e uma única essência, ou seja, apesar de existirem as três pessoas, a essência das três é a mesma, e ela é uma; logo, não são três essências, mas apenas uma essência manifesta por três pessoas distintas.

A fé é indispensável para que consigamos acreditar, crer em algo que está distante de tudo que nos é mais cognoscível por nossa natureza. Pela fé cremos em algo invisível aos nossos olhos que só pode ser perscrutado em nosso interior. Como tal o objeto da fé está sempre ausente, apenas a própria fé nos é presente.

A fé é um processo particular. Particular no sentido que a fé é única e própria de cada homem. O que é e há de comum na fé é o objeto ao qual a fé dos homens é dirigida. A esse respeito Agostinho assevera que:

Entretanto, quanto à fé, nós a vemos em nós, quando ela existe em nós. Pois se o objeto da fé está ausente, ela está sempre presente. Ainda que se aplique em realidades exteriores, alimentamos a fé em nosso interior. Assim se vê a fé, em realidades que não se vêem. Essa fé nasce em certo momento no tempo, no coração dos homens. (*Trin.* XIII, 1, 3, 1994, p. 396)

Apesar da fé ser o elemento que nos liga à verdade, ela pode ser direcionada para coisas falsas, mas o aparecimento da verdade expulsa o que é falso. E como essa verdade aparece? Pelo nosso entendimento, pois, se a fé ensina a crer no que não nos é visível é pela nossa razão que entendemos e deliberamos e, assim, distinguimos o falso do verdadeiro, conforme já se tinha constatado pelo uso da razão para aprender a saber algo, que nada mais é do que a ciência humana.

Dentro do modelo agostiniano a ciência é fruto da nossa deliberação racional, baseada nas regras da razão, e tem como fundamento as razões eternas, incorpóreas e imutáveis, pois estas ditam as regras para a nossa própria razão. Por isso a nossa alma

jamais poderia deduzir de si mesma essas regras, pois, elas são imutáveis e a nossa alma é mutável. Para Agostinho:

○ que a alma certamente não põem em dúvida é a sua própria infelicidade e o fato de desejar ser feliz. Logo, o fundamento de sua esperança é a sua natureza mutável. Se não fosse mutável, não poderia passar da felicidade para a desventura, como também da desventura para a felicidade. (*Trin.* XIV, 15, 21, 1994, p. 468)

Pela ciência, não só conseguimos ver na natureza criada as razões eternas, como, também, é pela ciência que adquirimos o bem agir, o agir de forma virtuosa que nos leva a uma vida de ação reta e assim alcançar a verdadeira vida feliz, vida da bem-aventurança.

Entender e conhecer as razões eternas é o movimento de nossa alma racional, a qual recebe a iluminação da luz Divina, que é fonte da verdade. Pela fé cremos e aderimos a essa mesma verdade. A fé nos ensina a buscar e entender, pela razão, essa verdade com a finalidade de estarmos sendo partícipes dessa mesma verdade, que é alcançada na vida bem aventurada.

A verdadeira sabedoria do homem é o culto a Deus e pelo movimento que nossa alma racional faz de receber e ser partícipe da verdade, ela, a alma, têm memória das razões eternas. O pecado fez a alma humana esquecer a sua própria natureza incorpórea, desejando mais os bens materiais do que os bens eternos e imutáveis, por isso ela escolhe os bens contingentes em vez dos imutáveis. Por isso a alma tem necessidade de resgate. Tal resgate se dá pela própria caridade de Deus, o qual fez seu verbo encarnar para vir dar testemunho da verdade. Verdade essa que o homem obtém por sua crença, por sua fé, que ensina a razão humana para que esta possa entender e recordar novamente as razões eternas, com a finalidade de levar uma vida reta, justa. Esse resgate ensina os seres humanos o que se deve amar, mostrando-lhe quais ferramentas ele pode usar, sempre com a finalidade de alcançar a beatitude. Beatitude essa só se alcança na vida eterna, quando se estiver face a face com Deus.

Uma vez compreendido que Deus é verdade, e que temos acesso a isso por meio das razões eternas, cabe-nos investigar de que forma a busca pela verdade se transforma no acesso possível dos seres humanos à beatitude. Esse será o percurso que iremos percorrer em nossa próxima seção desse capítulo.

3.4. A busca pela verdade como forma de acesso à beatitude

A busca pela verdade como forma de acesso à beatitude é o próprio itinerário, o caminho da alma humana em direção a Deus (GILSON, 2006, p. 31). Deus é a própria verdade, a própria beatitude, pois a condição de obtenção da vida beatificadora é o conhecimento da verdade. Como conhecer a verdade é conhecer a Deus, segue-se que a beatitude é o estar face a face com Deus, ser partícipe da vida eterna e bem aventurada. No entanto, coloca-se uma questão, se a alma é criada por Deus, participe da verdade, estando na verdade, por que ela necessita de buscar a verdade como forma de acesso à beatitude?

Podemos entender e responder a essa questão, dentro da estrutura do pensamento de Santo Agostinho, a partir de uma analogia à parábola do filho pródigo (Evangelho São Lucas 15:11-32).

De acordo com a narrativa de nosso autor o filho mais novo, enchendo-se de soberba, e ciente de suas próprias leis, de seu próprio conhecimento, de se reger a si mesmo, afasta-se da felicidade da casa paterna, priva-se dela para se sustentar a si mesmo. No entanto, e pelo fracasso de sua jornada, condescende-se num ato de humildade e assume a necessidade de resgate de si mesmo pelo pai, pela felicidade da casa paterna a qual abandonou.

O pai sempre presente, de braços abertos, com amor nunca perdido pelo filho, recebe-o e o acolhe de novo nessa felicidade do seio do lar, na qual o filho encontra a verdadeira felicidade, a verdade que buscou fora.

Na analogia desenvolvida pelo Bispo de Hipona o filho é a nossa alma racional, a alma presente em todo e qualquer homem. Alma essa que pela soberba priva-se de Deus, pelo pecado, aderindo e confundindo-se com o que não é próprio de sua natureza, como, por exemplo, os bens temporais e contingentes. O pai é o próprio Deus, que por sua caridade nunca deixou de amar as suas criaturas e sobre as quais derrama o dom da graça para aderir à vontade humana, instruindo essa vontade em direção aos sumos bens, a escolher o bem. O ato do filho ao reconhecer o erro e buscar novamente a ajuda do pai é a fé aliada à esperança, que é possível novamente alcançar a felicidade e ser partícipe da verdade e felicidade da casa paterna. A questão do filho mais velho que não se alegrou com o retorno do irmão é um aviso, um alerta para lembrar a todos aqueles que de algum modo já estão no caminho de acesso à beatitude, que devem amar aqueles que retornam à verdade; pois, amando-os, está-se a amar a verdade, e não os amando, estamos a nos privar da verdade. Privar da verdade é também nos privar do acesso à beatitude, que é o objeto a

ser alcançado e desejo de todo e qualquer ser humano, pois, a beatitude é um sumo bem que confere a paz eterna, a bem aventurança, e somente alcançável na vida eterna.

A beatitude e a verdade são sinônimas no sentido da sua correlação de interdependência, pois conhecer a verdade é condição para a beatitude. Isso significa que estando na posse da verdade, é estar na posse da beatitude. Logo, a questão que ainda fica latente é mais no sentido de como é possível ao homem alcançar a verdade?

Se nos passos anteriores observamos, pela analogia que fizemos, que é pelo pecado que se deu a queda da alma da sua participação da verdadeira felicidade; por esse movimento oriundo da fé e de sua correlação com a razão, direcionada pelas razões eternas presentes nos seres humanos pelo Mestre Interior, a alma tem novamente condições de buscar a verdade para acessar a beatitude perdida. Essa possibilidade nos é dada pela luz eterna, que ilumina a nossa alma, que nos possibilita conhecer, entender e aderir aos inteligíveis, pois, a memória que a alma tinha dessa felicidade foi perdida devido ao ato voluntário do próprio homem e só a partir da crença na verdadeira felicidade dada pela palavra de Deus, e por sua justiça suprema, é que tal felicidade é restituída. A esse respeito assevera o Filho de Mônica:

A alma não pode conceder a si mesma a justiça que, uma vez perdida, não mais a possui. Recebeu-a quando foi feita criatura humana e perdeu-a, em consequência do pecado. Portanto, recebe a justiça, graças à qual pode merecer a felicidade. (*Trin.* XIV, 15, 21, 1994, p. 468)

Desta forma, se mostra que a presença de Deus é constante e sempre presente a toda alma humana, pois é luz que a ilumina, e como tal não pode ser ignorada. Esse movimento, segundo o pensamento de Santo Agostinho, não deixa de ser uma prova da existência de Deus.

No entanto, de acordo com o pensamento de nosso autor, o primeiro passo para a demonstração da existência de Deus, e assim da verdade, é dado pela fé. Esse primeiro passo é caracterizado, portanto, por um ato de fé, por um ato marcado pelo acreditar na existência de algo que não vemos, que é puro espírito, puro intelecto. Sustentamos essa fé e a provamos pela razão.

Aqui nos cabe salientar, e como já foi referido anteriormente quando tratamos do conhecimento pela razão, que essa mesma razão, a razão humana, quando busca fundamentar-se a si mesma, quando busca a atribuir a si o poder de legislar por se achar superior a quem a criou, e lhe deu o ser, ela decai. Essa queda ocorre, pois, a alma busca não a verdadeira felicidade, que é um bem universal, mas uma felicidade baseada num bem particular; bem este que, ao contrário do bem universal que se basta a si mesmo, este, o

particular, tem sempre causa num outro bem. Nesse movimento de buscar um bem particular, fundado por outro, observa-se que a falta de um leva à falta do bem procurado; logo, a verdadeira felicidade nunca é alcançada, pois é assente não num bem universal, mas num bem mutável, contingente, transitório, que não confere a paz eterna e muito menos garante o acesso à bem aventurança.

No pensamento de Santo Agostinho, a queda da alma dá-se porque a alma acha-se igual ou identifica-se com aquilo que deve governar e ordenar. A alma deve governar aquilo que é da ordem do temporal, do mutável, no qual e pelo uso da razão, de uma reta razão, usa os bens temporais com vistas a se alcançar ao bem maior, que é a beatitude. Nisso consiste ação virtuosa de toda alma racional: a possibilidade de acesso à beatitude. Agindo dessa forma toda alma está na trilha do caminho da verdade e do acesso à beatitude. O movimento desenvolvido pelo sistema agostiniano mostra que a alma é superior àquilo que ela deve governar e ordenar. No entanto, ela é inferior a quem ela deve se submeter, ou seja, àquilo que lhe é superior. Uma vez que a alma busca a verdade, ela deve submeter-se à verdade, que é Deus. Nas palavras de nosso autor, com relação à alma e sua busca da verdade, temos que:

Conforme creio, e para ela se pensar a si mesma e viver de acordo com a sua natureza, ou seja, para que se deixe governar por aquele a quem deve estar sujeita e acima das coisas às quais dominar. Sob aquele por quem deve ser dirigida e sobre aquilo que ela deve dirigir. (*Trin. X, 5, 7, 1994, p. 319-320*)

Pela análise destes últimos parágrafos e dentro do pensamento de nosso autor, pudemos constatar que a perda da felicidade eterna pela alma se dá pelo pecado. Mas no entanto, também constatamos que a alma tem a possibilidade de alcançar novamente a felicidade eterna que fora perdida devido à luz da verdade que sempre a iluminou.

Retomemos, em nossa investigação, o movimento pelo qual o pensamento humano busca a verdade como forma de acesso à beatitude.

Inicialmente verificamos que é pela fé que se inicia a busca pela verdade. Verdade essa segundo a qual tudo foi criado e que se apresenta como promessa de vida eterna e da verdadeira felicidade.

No entanto, para haver a fé, a crença em algo, é necessário que o homem esteja de posse de uma verdade. Investigando a si mesma, a alma encontra em si mesma a verdade da sua existência, ou seja, que os seres humanos são seres que existem e vivem, e que pelo pensamento sabe os outros dois. Essa é a primeira verdade a que se tem acesso, uma

evidência racional que lhe diz da possibilidade de encontrar e ter acesso a outras verdades. É esse movimento descrito por nosso autor que o possibilita escapar do ceticismo.

A mesma evidência, dentro do pensamento de Santo Agostinho, mostra a possibilidade da fé e da crença, pois estas não são fruto de uma irracionalidade, mas, sim, de uma alma racional. Nesse movimento só uma mente pensante é capaz de formular suas crenças, a partir da razão ela as pode fundamentar a partir de raciocínios lógicos e verdadeiros.

Os seres humanos são seres mutáveis e temporais, que vivem num mundo também mutável e temporal, no qual, e primeiramente pela sua sensibilidade, adquire conhecimento sobre esse mundo. Ou seja, é a partir de seus sentidos corporais que o homem percebe os objetos externos a ele mesmo, os objetos desse mundo, e é por dispor da faculdade da razão que os seres humanos julgam, emitem juízos sobre aquilo que percebem, adquirindo, assim, conhecimento desse mundo. Esse conhecimento é formado a partir de julgamentos e juízos efetuados pela razão, e só são possíveis devido à existência da nossa faculdade da memória. E pela memória que o homem se lembra de uma determinada experiência, ou seja, a memória é a base sobre a qual é possível obter conhecimento, pois, sem ela, tudo seria um eterno experimentar pela primeira vez, sem ter a real capacidade de adquirir, construir e comparar diferentes experiências que nos permitem adquirir conhecimento.

Um bom exemplo desse movimento, e de como ele ocorre, pode ser dado ao se analisar como poderíamos entender, compreender e diferenciar a cor verde da cor amarela. Para nosso autor, se não houvesse a memória, tais cores seriam experimentadas como se as víssemos sempre pela primeira vez. E uma vez que as mesmas estivessem fora da nossa percepção, não teríamos mais como nos recordar delas, portanto, se elas fossem novamente percebidas o movimento realizado seria como se as observássemos pela primeira vez. Portanto, é pela memória, e através dela, que o objeto é dado à razão para que esta emita o seu juízo, para que se entenda, compreenda e se conheça esse objeto dado pela memória.

Desta forma, inseridos dentro do pensamento agostiniano, se observa que é pela razão que a verdade é apreendida, buscada. E a partir dessa faculdade destinada ao julgamento, ao juízo sobre algo, que se é capaz de deliberar sobre o que é falso e o que é verdade.

No entanto, convém perguntar se a verdade vem das próprias coisas, ou seja, se obtemos a verdade por nós, pela nossa própria razão, a partir de nosso conhecimento, ou se ela, a razão, obtém a verdade de outro lado. Ora, o primeiro fator a se ter em conta é que

uma verdade é sempre uma preposição necessária e, por isso, imutável (GILSON, 2006, p. 40). Tal situação não observamos nas coisas dadas pelo conhecimento sensível, pois essas mesmas são mutáveis e por isso ferem o princípio da imutabilidade. Nem mesmo aquelas coisas que elevamos ao estatuto de ciência, excetuando as ciências como a matemática ou a geometria, lidam com aquilo que é mutável, mas nelas somos capazes de observar a marca da verdade, caso assim não fosse, nunca saberíamos distinguir algo que é falso de algo que é verdadeiro.

Tal deliberação, a de julgar o falso do verdadeiro, só é possível porque a verdade eterna, imutável, e por consequência necessária, está acima da própria razão humana. Quando estamos falando das razões eternas dizemos que as mesmas são a norma, medida e regra pelas quais nossa própria razão julga. Assim a verdade é a razão transcendente à nossa, é ela que ilumina a nossa própria razão dando-lhe a possibilidade de não só conhecer e governar o que é inferior à nossa razão, como, também, de inteligir e aderir a essas mesmas razões pelas quais tudo foi criado. A tudo dentro da ordem da criação foi dado o ser e tudo o que existe, só existe segundo essa razão transcendente, imutável e eterna. Incluindo-se a nossa alma racional. Logo, é pelo uso de nossa razão, que pensamos a verdade e nos elevamos até ela.

Desta forma, o acesso à verdade começa no ato de fé que a razão vai fundamentar. O modelo geral agostiniano, nesse movimento, é composto por duas partes.

A primeira parte do pensamento agostiniano, “*creio para compreender*” [*credo ut intelligam*], demonstra que começamos a procura da verdade em nós e no mundo que nos rodeia, naquilo que nos é mais próximo de nossa natureza mutável, a qual conseguimos entender, compreender, e na qual nossas ações são efetuadas para nosso proveito, através da nossa razão. É pela razão, que conseguimos encontrar o Ser, que é princípio de tudo.

Esse Ser é a verdade imutável e eterna, razão de tudo que existe, a razão criadora, que só na nossa razão, pela sua função dita superior, destinada à contemplação, a que mais se aproxima de Deus, encontra o fator que possibilita alcançá-lo, pois a razão, que é dita superior, é a imagem de Deus. O que acessamos pela nossa razão é um reflexo da razão de Deus, ou seja, a verdade acessada por nossa razão é um reflexo da verdade da razão eterna e imutável.

Agora que já temos a fundamentação pela razão da nossa fé, podemos entender melhor a segunda parte do pensamento agostiniano, “*compreendo para crer*” [*intelligam per credo*]. Se a fé nos ensina a crer na Verdade, que é promessa de vida eterna e beatitude, foi a razão quem encontrou os fundamentos lógicos racionais para encontrar essa

Verdade que é transcendente à nossa própria razão e que ilumina a nossa razão, tal qual a luz do sol que ilumina a lua.

As idiossincrasias do pensamento agostiniano mostram que o caminho da busca pela verdade é um caminho que começa por ultrapassar a dúvida cética que questiona se podemos conhecer algo. Pelo apelo à fé cremos na existência da verdade transcendente ao ser humano. Pela nossa razão, não só ultrapassamos a dúvida como fundamentamos a fé e verificamos que podemos acessar a verdade que é transcendente à nossa, pois, ela, além de iluminar todas as outras verdades, ilumina a nossa própria razão, dando-nos a possibilidade de aceder e aderir a todas as verdades, a todos os bens.

Por isso, para Agostinho, essa verdade é beatificadora, pois é por ela, e nela, que encontramos a paz eterna e a felicidade plena e verdadeira. Esse bem beatificador, segundo o pensamento agostiniano, o homem só o encontrará na sua vida eterna, não na sua vida temporal. A vida temporal humana apenas nos mostra, como em um espelho, essa beatitude que somente é alcançável pela busca da verdade na vida terrena.

A busca pela verdade é a preparação terrena do homem para a sua vida eterna, a qual é alcançável não pela privação de Deus, mas no ato de aderir a Deus, como Mestre, pois Ele é a própria verdade pela qual alcançamos a beatitude.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Santo Agostinho tem três principais propósitos na sua teoria do conhecimento: mostrar como o homem tem acesso à verdade, portanto, o homem é um ser passível de conhecer a verdade; como essa mesma verdade lhe é revelada; e como o homem deve agir para conhecer a verdade e dessa forma alcançar a beatitude.

A beatitude, no pensamento de Santo Agostinho, é um sumo bem cuja posse satisfaz todo o desejo e confere a paz eterna e a bem aventurança. Como tal, ela é um fim último em si mesmo e desejável por si mesmo. É um fim universal cuja posse independe de qualquer outro bem, logo, o mesmo é eterno e intemporal, se constituindo no fim desejável a ser alcançado por todo e qualquer ser humano.

A única condição para a beatitude é estar na posse da verdade. Ora, estar na posse da verdade é conhecer a Deus, pois Deus é a própria verdade. Buscando a verdade estamos a buscar também a beatitude, pois, somente a verdade confere esse sumo bem. Dessa forma a teoria do conhecimento de Santo Agostinho, que encontramos no seu tratado “*De Trinitate*”, nos elucida de como o homem, por intermédio da sua faculdade da razão, consegue acessar a verdade, e que, uma vez nela, estaríamos de posse da beatitude.

Dessa forma, o objeto da metafísica da teoria do conhecimento de Santo Agostinho é a verdade e a verdade é Deus. No entanto, esse objeto de conhecimento é transcendente à própria razão humana, pois, não só o seu conhecimento é possível somente pelo uso da razão pura, como esse mesmo objeto é o criador de tudo o que existe, incluindo a própria alma racional do homem.

Não é pela razão humana que a verdade nos é colocada, nos é mostrada, nem tão pouco é por intermédio de nossa própria razão que conseguimos acessá-la. Mediante seu próprio movimento, ou por si mesma, a razão humana nunca poderá alcançar a verdade. Segundo o pensamento de Santo Agostinho a nossa razão, entregue a si mesma, perde-se em especulações vãs e tais especulações acabam por nos levar ao ceticismo.

A razão necessita de uma ajuda, ela precisa ser ensinada. Essa ajuda, esse ensinamento, é dado pela fé. É pela revelação, dada pela fé, que o objeto a ser alcançado pela razão nos é mostrado. É a fé que nos revela, em primeira mão, a existência de Deus, a existência da verdade. Entrementes, é somente pela razão que vamos entender, compreender e fundamentar, lógica e racionalmente, o que a fé nos revela.

É pelo fato de o homem dispor de uma alma racional, que não só ele é capaz de

entender, compreender e agir no mundo no qual ele está inserido, e do qual faz parte, que o ser humano consegue conhecer e agir no que lhe é mais cognoscível. É pela alma racional que o homem entende, compreende e adere àquilo que lhe é mais inteligível, àquilo que está mais distante de sua própria natureza, mas que está próximo da verdade.

No modelo agostiniano é pela faculdade da razão e pelo seu uso que o homem lhe confere, ou seja, pelo acesso do que lhe é mais cognoscível, em detrimento daquilo que lhe é menos cognoscível, que o ser humano se põe a meio caminho entre aquilo que lhe está mais próximo de sua natureza, e como tal lhe é mais cognoscível, e aquilo que está mais afastado da natureza humana. Mas mesmo que o ser humano esteja em posição de afastamento, a esse ser humano é concedida a possibilidade de conhecimento, haja vista que a verdade existe e pode ser alcançada.

Para tal, e dentro da sua teoria de conhecimento, Santo Agostinho atribui à razão uma dupla função. A função de lidar com o que é temporal, *lócus* onde o homem faz ciência, pois, a ciência é da ação e prática do homem, e a função de lidar com o intemporal, que é apenas da ordem da contemplação. No entanto, para nosso autor, a função dedicada à contemplação é a parte mais nobre da alma racional do ser humano, pois apenas lida com o pensamento puro, com o conhecimento dos bens intemporais, como a verdade.

Por esse motivo, e por ser um ser dotado de razão, o ser humano tem um lugar privilegiado na ordem da criação. Ele, o ser humano, está a meio caminho entre as criaturas, das quais também faz parte, e o criador. Esse é um dos aspectos mais fortes da ontologia da teoria do conhecimento de Santo Agostinho.

Esse aspecto da teoria do conhecimento do Bispo de Hipona que nos aponta para uma total dependência do pensamento humano em relação ao pensamento de Deus, haja vista que Deus é a luz. Ele é a luz da verdade que ilumina nosso pensamento e é devido a essa iluminação que obtemos as regras, as normas e as medidas pelas quais nossos juízos e julgamento são feitos. Para nosso autor apenas um pensamento eterno, imutável, pode ser fonte de todo o sumo bem, ou seja, fonte da justiça e da beatitude. Por isso somente D'Ele poderiam vir tais regras, tais normas e tais medidas, pois, Ele, Deus, é a Verdade. Do ponto de vista de nosso autor a verdade é algo que é sempre necessário, imutável e eterno.

A teoria do conhecimento de Santo Agostinho nos mostra o movimento pelo qual a nossa alma racional deve viver, estando a mesma de acordo com a sua natureza, e que consiste no ato dos seres humanos dominarem, governarem, tudo aquilo que, na ordem da criação, está abaixo deles, e de, mesmo no exercício desse domínio, continuar estando

submissos a Deus. Ao se movimentar dessa forma a nossa alma busca e se prepara para a beatitude que o conhecimento da verdade nos concede.

Por isso todo o movimento do conhecimento começa da criatura em direção ao criador. Esse é o movimento do pensamento humano, no qual Santo Agostinho busca encontrar a imagem da verdadeira Trindade. Essa imagem da verdadeira trindade no interior do ser humano nosso autor a encontra somente no uso do pensamento puro, pois é justamente aí que o conhecimento é gerado pela própria razão. No modelo agostiniano nada que advém de fora, como ocorre no conhecimento dado pela sensibilidade, pode dar acesso à essa verdade, e tampouco o simples conhecimento racional advindo da própria sensibilidade que somente pode ser elevado a objeto de ciência.

E aí, na imagem da Trindade refletida no interior do ser humano, que encontramos as razões que guiam a nossa vida temporal para o bom uso dos bens temporais, com a finalidade de alcançar uma vida feliz. E é aí também que a revelação, dada pela fé, se fundamenta pelo uso da razão.

No entanto, para nosso autor, a razão, por si mesma, sem auxílio da faculdade da memória, que dá à razão os objetos para sua deliberação, e sem auxílio de uma vontade iluminada pela graça de Deus, que é um dom que direciona essa vontade para o amor e a busca Deus, não teria um fim, não teria um propósito a alcançar, que é a eudaimonia. Estar na posse dela é ser sábio, pois se possui aquilo do qual jamais será privado sem o seu consentimento.

Assim, a teoria do conhecimento de Santo Agostinho fundamenta racionalmente a fé, pelo próprio movimento de conhecimento do homem, pois a alma racional, pela qual o conhecimento nos é possível, é fruto da criação do princípio que a fé revela. Logo, pelo conhecimento estamos a provar a existência desse princípio ao qual tendemos e no qual alcançamos a beatitude.

4. REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

AGOSTINHO, Santo. **A Trindade**. Tradução e introdução de Agostinho Belmonte. Revisão e notas de Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 1994.

AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Tradução de Maria Luiza Jardim Amarante. São Paulo: Paulus, 1997.

AGOSTINHO, Santo. **Confissões/ De Magistro**. Introdução de José Américo Motta Pessanha. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980 (Coleção os Pensadores).

AGOSTINHO, Santo. **Livre-Arbítrio**. Tradução, organização e introdução de Nair de Assis Oliveira. 2ª ed. São Paulo: Paulus, 1995.

BROWN, Peter Robert Lamont. **Santo Agostinho: uma biografia**. Tradução de Vera Ribeiro. 7ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

COSTA, Marcos Roberto Nunes. **Maniqueísmo: História, Filosofia e Religião**. Petrópolis: Vozes, 2003.

GILSON, Etienne. **Introdução ao estudo de Santo Agostinho**. Tradução de Cristiane Negreiros Abbud Ayoub. São Paulo: Discurso Editorial e Paulus, 2006.

PLATAO. **Mênon**. Texto estabelecido e anotado por Jonh Bernet; tradução de Maia Iglêsias. Rio de Janeiro: Edições PUC / Loyola, 2001.

PLATAO. **A República**. Introdução e notas de Maria Helena da Rocha Pereira. 9ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gul-benkian, 2005.

5. ANEXO – Declaração de Autenticidade e Autoria



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

DECLARACAO DE AUTENTICIDADE E AUTORIA

Eu, Nelson Luis de Carvalho Fernandes, discente do Curso de Licenciatura em Filosofia, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, regularmente matriculado sob o número de matrícula 11511223, declaro que sou o(a) autor(a) da Monografia intitulada "A Teoria do Conhecimento na Trindade de Santo Agostinho", desenvolvida durante o Curso de Graduação, sob a orientação do(a) Prof.(a) Dr.(a) Anderson D'Arc Ferreira, ora entregue aos membros da Banca Examinadora, e que a Monografia foi por mim elaborada e integralmente redigida, não constituindo cópia ou extração, seja parcial ou integral, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas, consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho, ou daqueles cujos dados resultaram de investigações empírico-teóricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho acadêmico.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure crime de plágio ou violação aos direitos autorais de terceiros.

João Pessoa, 07 de Dezembro de 2020.

A handwritten signature in blue ink, which appears to read "Nelson Luis de Carvalho Fernandes".

Nelson Luis de Carvalho Fernandes